



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - OBRAS INACABADAS		
EVENTO: Diligência em Florianópolis	Nº: 000706/01	DATA: 06/08/01
INÍCIO: 11:48	TÉRMINO: 16:52	DURAÇÃO: 4:39:00
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4:53:00	PÁGINAS: 140	QUARTOS: 59
REVISORES:		
SUPERVISÃO: ANA MARIA, GRAÇA, J. CARLOS, LETÍCIA, LÍVIA COSTA, MYRINHA		
CONCATENAÇÃO: MARIA LUÍZA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALBA TERESINHA SCHLICHTING - Superintendente do INSS em Santa Catarina
MURILO GHISONI BORTOLUZZI - Secretário-Adjunto de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina
NORIVAL RAULINO DA SILVA - Representante do Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina
LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI - Secretário dos Transportes e Obras do Estado de Santa Catarina
ANTENOR CHINATO RIBEIRO - Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina
NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN - Gerente de Patrimônio da União
ROBERTO SCHWANSEE RIBAS - Representante estadual do DNER
EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Diretor-Geral do DER

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Diligência realizada no auditório do SENAC, em Florianópolis, Santa Catarina.
Há palavras ininteligíveis.
Há intervenções inaudíveis.
Há intervenção ininteligível.
A reunião é suspensa - pág. 33.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião, hoje, segunda-feira, 6/8. Na pauta da nossa reunião nós temos uma audiência pública e esta reunião foi convocada na Ordem do Dia para ouvirmos o depoimento dos seguintes convidados do Estado de Santa Catarina. Antes de anunciar, eu queria convidar para fazer parte da Mesa o nosso Relator, Deputado Anivaldo Vale, o Deputado Augusto Nardes, o Deputado Sérgio Reis, o Deputado Norberto Teixeira, o Deputado João Matos. (*Pausa.*) Vamos ouvir no depoimento de hoje a Superintendente do INSS, Sra. Alba Terezinha; o Sr. João Osmar, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; a Sra. Mirian Schlickmann, Secretária de Educação e do Desporto; o Sr. João José Cândido da Silva, Secretário de Saúde; o Sr. Leodegar da Cunha, Secretário dos Transportes e Obras; o Sr. Antenor Chinato Ribeiro, Secretário de Segurança Pública; o Sr. Newton Fernandes Brüggemann, Gerente de Patrimônio; o Sr. Roberto Ribas, representante estadual do DNER, e o Sr. Edgar Antônio Roman, Diretor-Geral do DER. Esclareço aos convidados e debatedores que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Solicito a todos que falem ao microfone para efetiva identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, o convidado não poderá ser aparteado quando estiver fazendo a sua exposição. Depois da exposição, nós vamos às interpelações para que os Parlamentares possam perguntar. Os Deputados que desejarem interpelar o convidado deverão inscrever-se junto a esta Secretaria. Nós também podemos receber algumas denúncias de qualquer pessoa daqui do Estado que queira também colocar para a Mesa alguns esclarecimentos do assunto pertinente a esta CPI. (*Pausa.*) Convido para tomar assento à Mesa a Sra.



Alba Terezinha, Superintendente do INSS. Dra. Alba Terezinha, V.Sa. tem dez minutos para a sua exposição inicial.

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Bom dia a todos. Meu cumprimento especial ao Presidente desta Comissão, Deputado Damião Feliciano, aos demais integrantes e me permitam cumprimentar o Deputado João Matos, nosso contemporâneo e nosso amigo pessoal. Inicialmente, gostaria de fazer a entrega à Comissão de um relatório que eu preparei sobre todos os imóveis do INSS do Estado. Esse relatório contém todos os imóveis operacionais e não-operacionais, distribuídos por gerências e de acordo com a nova estrutura do INSS. A administração dos imóveis agora fica afeta a cada uma das cinco gerências e não mais à superintendência estadual. E nesse relatório nós apresentamos, então, os imóveis divididos em imóveis operacionais, que são aqueles que as agências e as gerências utilizam para as atividades-fim da instituição, e os não-operacionais são mantidos no patrimônio com dois objetivos: ou para futura utilização como reserva técnica — no caso, hoje, desses 111 imóveis que nós temos não-operacionais, temos apenas um que está nessa condição de reserva para a futura instalação da agência de Florianópolis, uma área central aqui da Capital —, e os demais, todos, estão disponíveis para alienação. Nós gostaríamos de dizer à Comissão que nos últimos anos intensificamos o plano de desmobilização dos imóveis do INSS. E dos 431 imóveis existentes em 98, acrescentando duas garagens que foram adjudicadas em 2000, portanto, de 433 imóveis que nós tínhamos até 98, nós conseguimos alienar nos últimos três anos 273, ou seja, 63% dos imóveis existentes nós conseguimos colocar à venda ou em forma de permuta pelos mecanismos que a legislação permite. A grande maioria desses imóveis são provenientes do antigo



IAPAS, imóveis então adjudicados por conta de contribuições previdenciárias não pagas e através de execuções fiscais eles acabaram sendo adjudicados, então, para o INSS. Nós fazemos essas alienações através de concorrência pública, da Lei nº 8.666, através de permuta e de venda direta com amparo na Lei nº 9.702, de 98. Esta lei facilitou em muito, porque aqueles imóveis que eram até então ocupados por pessoas físicas ou entidades, elas passaram a ter a preferência no caso de uma venda do imóvel. E isso nos permitiu, então, efetuar a maioria dessas alienações. Nós temos previsto pra esse segundo semestre a realização de concorrência pública para esses imóveis disponíveis. De modo que, em concorrência pública colocaremos 44 imóveis à venda. Venda direta, 49, e **sub judice** temos 1. Temos ainda em processo de desmobilização por permuta 2 imóveis e por concorrência outros 12. De modo que dos 160 imóveis que o INSS tem hoje no Estado, 49 são usados, então, pela sua estrutura e os outros todos serão, ainda nesse segundo semestre, colocados à venda ou através de permuta ou de concorrência pública. Nós queríamos falar com relação às obras realizadas nos últimos anos também. Desde 1990 o INSS não constrói nenhuma obra nova no Estado, apenas faz melhorias e adaptações. E fizemos, de 99 pra cá, a adaptação em 11 agências, de acordo com o novo padrão de atendimento da Previdência. E no seu Estado o INSS vem se transformando não apenas no atendimento e na capacitação de servidores, mas também na sua estruturação física, apresentando novo **layout** e uma nova forma de atendimento. No Estado já realizamos 11 obras dessas. São obras que custam em torno de 200 mil reais, em média, e que levam de três a quatro meses do início ao seu final. Quer dizer, no máximo em 120 dias essas obras são acabadas. Apenas temos em obras executadas essas melhorias do programa de atendimento e temos



previsão para esse segundo semestre de colocarmos na rua mais 15 obras dessas em outras 15 cidades. E não há nenhum imóvel da Previdência na condição de obra inacabada. Na verdade, as que existem, os imóveis que existem e que não são do uso da casa são colocados à venda nas formas que eu aqui já mencionei. Era isso que eu gostaria de colocar e estou à disposição da Comissão para qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Agradeço a intervenção da Dra. Alba e passo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale, Relator da Comissão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Inicialmente, eu queria agradecer a presença da Dra. Alba nesta Comissão e a objetividade das suas informações. No campo da sua área, V.Sa. trouxe a informação das obras que foram executadas e que possivelmente serão executadas, do processo de esforço que faz de desmobilização de certamente alguns ativos ociosos, mas eu queria lhe fazer uma pergunta: dada a sua vivência e a importância do cargo que a senhora ocupa aqui no Estado de Santa Catarina, a senhora tem conhecimento, mesmo que seja em outras áreas, de alguma obra que esteja paralisada e que recebeu recursos da União para sua execução?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Não tenho conhecimento, não senhor.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu queria agradecer, da minha parte, a presença da senhora e as suas informações e registrar que na sua área nós não temos nenhuma informação de irregularidade e também em relação ao seu trabalho. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria passar a palavra ao Deputado Sérgio Reis.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Bom dia a todos. Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, Dra. Alba, estava ouvindo aqui atentamente a explanação da senhora e eu gostaria de fazer algumas indagações. Nesse relatório que a senhora entregou para o Presidente constam nele — eu não tive oportunidade de observar — todos os contratos firmados...

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Todos, com todas as informações sobre empresas que foram, que ganharam as licitações, datas de início e de término das 11 obras que eu mencionei.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Com valores?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Todas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – A título de informação, como é que é feita essa alienação entre os prédios, com as pessoas interessadas?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Os imóveis, muitos deles, nós recebemos, como eu falei, através de cobrança de débitos previdenciários. Quando foram adjudicados ao INSS, já apresentavam pessoas que haviam invadido terrenos e com casas construídas. Então, nesse caso, com essa legislação, com a Lei 9.702/98, nós tivemos a possibilidade de fazermos a negociação com essas pessoas. Tem um critério, não pode ser abaixo de 200 reais a prestação, e elas podem fazer isso, ou seja, em forma de financiamento também, né? Então, essa que é a condição. Não apenas com pessoa física, também com entidades. Temos casos, assim, de associações de aposentados, que acabaram adquirindo o imóvel que ocupavam. Quer dizer, nós não temos interesse em nenhum imóvel... Quer dizer, de invasão... Nós não somos imobiliária. Então, a gente procura dar ocupação pra nossa necessidade e, fora disso, tenta negociar até com Prefeituras Municipais. É o



caso de algumas que utilizam os imóveis para o SUS e para a área da saúde, né? A gente tem tentado também fazer a estrutura adquirir esse imóvel e que fique para elas. Então, que nos livre dos pagamentos de taxas e outras coisas mais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Outra informação que eu gostaria que a senhora pudesse nos dar é de algum exemplo aqui pra gente, até pra gente poder ter uma certa noção do que realmente se passa. É que, apesar dessa CPI ser uma CPI de Obras Inacabadas, ela também está se preocupando em ter um cunho social das informações, dos próprios imóveis, bens móveis e imóveis do patrimônio da União, e nós temos essa certa preocupação. E eu tenho aqui uma outra pergunta pra senhora no que diz respeito a uma dúvida que eu tenho: como é que são feitas essas permutas à qual a senhora se referiu agora há pouco?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Eu vou pedir pra vocês, porque eu deixei a resolução que ampara do lado de fora da minha pasta. Está aí do seu lado. Eu já vou citar qual é o dispositivo legal que ampara. Mas elas ocorrem da seguinte forma: nós colocamos o edital na rua, dizemos o imóvel que nós temos, com toda a descrição, e aí dizemos o que estamos procurando. Um imóvel no centro da cidade, próximo de Prefeitura, que tenha tantos metros. Quer dizer, você coloca. Aí os interessados se habilitam, com um prazo, como uma licitação normal, só que é um aviso de edital de permuta que os interessados... Nós vamos ver o que estão procurando, um imóvel que temos e o outro pra trocar. Aí apresentam-se, tem uma comissão que faz uma avaliação, é como se fosse uma licitação, né? É avaliado no interesse da Casa. Havendo o imóvel que nos interessa, é feito; senão, também, como já aconteceu uns dois, três processos desse — o Paulo César, que é o chefe da área de administração, eu trouxe ele comigo — de não aparecer nenhum imóvel



que interessasse ao INSS, a gente simplesmente cancela e não faz, né? Então, já ocorreu esse tipo de permuta, e ela é feita com base na Resolução 168, de 23/07/93, do próprio INSS, e através também de uma Ordem de Serviço 19. Eu posso até deixar aqui — tem as datas —, que são os dois mecanismos que orientam como é que se pode fazer essa forma de permuta. Agora, a permuta, quando ela é feita também, à pessoa que se habilitar pra ela nós não damos troco em dinheiro, não. Quer dizer, se vier a apresentar custo superior ao valor do nosso imóvel, porque é a Caixa Econômica que é o órgão oficial que avalia, avalia o nosso imóvel e aquele que está sendo oferecido também... Então, se for assim o valor, a gente não devolve dinheiro. Quer dizer, fica, troca, né? E se for inferior, a pessoa, a entidade, a empresa completa em dinheiro até chegar no valor que a Caixa Econômica avaliou o imóvel que a gente está ofertando. Não é uma prática muito comum. Nós fizemos uma no Estado e estamos em processo de negociação na segunda. Estamos querendo nos livrar do aluguel, pois temos duas agências próximas à Capital que pagamos aluguel. Então, a gente está permutando, neste momento, um terreno no centro da cidade em troca de quatro agências: São José, Palhoça, Biguaçu e Tijuca. Em duas a gente deixa de pagar o aluguel e nas outras duas a gente vai fazer o novo programa de atendimento, de modo que não vamos tirar dinheiro da administração central para fazer a reforma dessas duas. Elas já têm que ser apresentadas com o projeto que a gente também apresenta.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – A senhora tem informação de quantas agências vocês pagam aluguel aqui no Estado?



A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Nós temos apenas de locação... Nós temos quatro agências com locação de imóvel: duas na Grande Florianópolis, uma em Chapecó e uma em Criciúma. Na região, né?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Para finalizar, a senhora tem cerca de 44 imóveis para vender.

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Através de concorrência. Por venda direta, 49.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Então, está bom. Eu fico satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Passo a palavra ao Deputado Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Sr. Presidente, Deputado Damião Feliciano, Srs. Deputados, senhores integrantes do Tribunal de Contas da União que estão nos acompanhando, dando assessoramento, eu queria fazer uma pergunta específica para a nossa convidada. Ela acabou de dizer para o Deputado Sérgio Reis que não tem conhecimento de que exista algum prédio abandonado. Recentemente, numa reportagem aqui da RBS... A RBS TV foi quem nos inspirou a fazer essa Comissão Parlamentar de Inquérito quando eu era Deputado Estadual no Rio Grande do Sul. A RBS TV fez um trabalho importante de investigação no Rio Grande do Sul, denunciando as obras inacabadas, os prédios abandonados. A partir daí fizemos um trabalho no Rio Grande do Sul e levamos essa experiência a nível nacional. Eu tenho conhecimento de que aqui existe um prédio abandonado e que não foi citado pela senhora, que está na Rua Heitor Blum. E tem um prédio que está sendo ocupado uma parte pelo Município e a outra parte está abandonada. Já foram feitas várias reportagens sobre este prédio, e até agora não foi tomada uma



providência por parte do INSS. Portanto, eu gostaria de saber quais as providências em relação a este prédio e por que foi omitido, na sua exposição, em relação a esse prédio que estou citando, na Rua Heitor Blum. Uma parte desse prédio está abandonada e eu queria saber qual a providência que o Governo tomou em relação a isso.

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Eu gostaria de dizer que o prédio a que o senhor se refere é um prédio que o INSS usou até o ano passado e é um imóvel que não nos pertence. Ele pertence à saúde, ao SUS. Nós acabamos deixando esse prédio porque fizemos uma agência nova no continente, onde nós temos hoje o Centro de Reabilitação. Nós fizemos ali a nossa agência nova, já dentro do novo padrão, e essa área foi liberada. Nós, na época, conversamos muito com a Secretaria da Saúde, que tinha interesse na área, e acabou a Secretaria não assumindo em tempo hábil o imóvel, na hora em que nós desocupamos. E a gente tem a informação concreta de que a Prefeitura usou e está utilizando para a Policlínica do... (*ininteligível*). A informação que nós temos é que ele não está abandonado, ele está sendo ocupado pela Prefeitura, e, à época, nós estávamos negociando para que a Secretaria da Saúde instalasse lá a sua Diretoria Administrativa Regional. Por conta disso, a gente até brincou muito com o pessoal da saúde: “Como é que vocês vão brigar com a primeira-dama? Então, a gente dizia: “Olha, ela acabou ocupando a área antes por que vocês demoraram tanto para tomar conta do espaço“. A gente disse: “Estamos liberando hoje. Entregamos a chave“. Eles demoraram, a Prefeitura conseguiu uma autorização, foi a Brasília, junto ao Ministério da Saúde, e conseguiu para ela. A informação que eu tenho é



que ela usa hoje esse imóvel — a Secretaria da Saúde — para a Policlínica...
(*ininteligível*). Não é imóvel nosso. Não é nosso. Ele era cedido para nós.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Sim, mas a origem é de qual Ministério?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Ministério da Saúde

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – É do Ministério da Saúde? Portanto, ele está cedido, mas com uma participação do Ministério e também da Previdência, ou não?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Não, nós desocupamos a área. Quanto tinha a saúde, o INAMPS, o IAPAS e houve a fusão, esses imóveis todos ficaram numa situação não muito clara, mas teve um determinado momento em que se definiu que os imóveis que eram usados para atendimento ambulatorial ficariam para a saúde — no momento em que houve a separação e que o INSS passou a cuidar só da previdência e da parte de assistência social. E esse imóvel ficou, então, destinado — porque se criou comissões; na época se fazia essa transição — para o Ministério da Saúde. Nunca foi... Não é nosso.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – A informação que eu tenho é de que parte desse prédio está sendo ocupado, realmente, pelo Município e a outra parte está abandonada. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Não, como lhe afirmei que a informação que eu tenho, da Secretaria da Saúde, que era a entidade para a qual nós estávamos preparando a entrega do imóvel. A informação que eu tenho é que a Prefeitura Municipal de Florianópolis utilizou pro SUS e que tomou conta da área, porque já ocupava uma parte da área. Foi e ocupou o restante.



O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Tudo bem. Outra questão que eu queria fazer é em relação ao Estado como um todo, se existe... Eu sei que o Sérgio Reis já perguntou, mas se existe outro prédio nessas condições, semelhantes. A senhora tem conhecimento ou não?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Não tenho. Quando foi comentado isso pelo Deputado, na verdade, você vê notícias em jornais, mas eu não queria ousar dar nenhum tipo de informação porque não saberia localizar em que cidade, de quem que é o imóvel. Quer dizer, a gente acompanha nos jornais, televisão, como qualquer cidadão. Agora, eu não poderia localizar e identificar que Município, de quem que é. Isso eu não saberia. Não poderia ser irresponsável de afirmar aqui.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Quanto a aluguéis, a senhora tem conhecimento de algum aluguel irrisório, se existe prédios alugados e se existe algum aluguel irrisório fora da realidade? A senhora tem conhecimento ou não?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Não tenho, não senhor. Não tenho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentá-lo, cumprimentar o nosso Deputado Relator e os demais membros desta CPI e dirigir à Dra. Alba, com muita satisfação, quanto a possíveis questionamentos que fizesse. A área em que tinha interesse já foi levantada pelo Deputado Sérgio Reis e que diz respeito à venda de imóveis, já perfeitamente



respondido. Realmente, não tenho qualquer outra argüição ou questionamento a apresentar.

Quero cumprimentar a Dra. Alba e dar-me por satisfeito através do questionamento do Deputado Sérgio Reis, que respondeu também... Através do seu questionamento, a Dra. Alba já respondeu a nossa dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros membros e Dra. Alba. Dra. Alba, quantos imóveis que tem hoje o INSS de Florianópolis, entre ocupado e não ocupado.

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – O senhor pergunta de Florianópolis ou do Estado?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Do Estado.

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Do Estado. Nós temos 160 imóveis hoje no Estado. Dos 160, 49 são usados pra sede das gerências e das unidades de atendimento da Previdência. As demais ou estão em processo de desmobilização ou serão colocadas, no segundo semestre, à venda, ou em forma de venda direta ou de concorrência e de permuta, que é o caso de dois terrenos em Florianópolis. Quer dizer, na verdade, nós temos 111 imóveis que não são usados de forma operacional, quer dizer, pra uso da casa. São imóveis que nós recebemos de dívidas previdenciárias, através de execuções fiscais, e que, a cada ano, a gente tem procurado colocar isso à venda e, de certo modo, desmobilizar, porque a gente entende que não tem que ficar com a instituição.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Desses 111 imóveis, quantos estão ocupados?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Eu não poderia precisar, porque teria que ver... Tem muitos terrenos nesses 111. Nós temos aí... Eu acredito que metade deles ou mais da metade são terrenos e nem todos estão invadidos. A gente tem... No relatório que eu entreguei tem, minuciosamente, cada terreno, se está invadido, se não está. Tem detalhe lá no relatório. Eu não fiz a soma disso de quantos são, mas se o senhor olhar...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dra. Alba, deixe eu fazer uma pergunta pra senhora. Os prédios que estão construídos, os terrenos que estão construídos, que estão desocupados, quantos estão pagando aluguéis?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Não, todos os nossos imóveis que, de certo modo, estão sendo ocupados, seja por entidades, salvo aquelas ligadas ao SUS, porque aí há um acordo e não se cobra. Eles pagam as taxas ou dividem com a gente. Muitas vezes, o espaço é compartilhado pelo INSS e pelo SUS. Na maioria das agências é assim. Na verdade, pra mim, nenhum deles está em situação irregular. Quer dizer, ou se tem alguém morando ou nós já estamos com ação, tentando reaver o imóvel, ou têm casos de alguns que pagam aluguel. Nós temos poucos casos de pagamento de aluguel.

O SR. NORBERTO TEIXEIRA – E o restante não estão pagando aluguéis?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – A maioria, terrenos, como eu falei; a maioria, terrenos. A grande maioria, terrenos, dos 111.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E tem processo de licitação esses terrenos?



A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Alguns em licitação e outros já foram colocados. O ano passado, nós colocamos em 99, via de regra, essas avaliações feitas pela Caixa. Elas ficam muito acima do valor de mercado, até vale o imóvel, mas você não acha quem compre. E isso tem impossibilitado a venda, o interesse das pessoas. A gente tem feito um trabalho permanente com a própria Caixa Econômica no sentido de que a avaliação seja a mais real possível, de acordo com a realidade de mercado. Isso tem-nos permitido, de 98 pra cá... Como eu falei, nós tínhamos, em 98, 433 imóveis. Nós conseguimos vender, ou em forma de concorrência ou de venda própria, através da legislação, nós conseguimos vender 273 nesses três anos. Quer dizer, 63% do que nós tínhamos nós conseguimos. O restante que ficou — e a maioria é terreno — são esses casos que eu falei, a avaliação ficou um pouco alta, não apareceram interessados. Mas nós estamos colocando neste segundo semestre, de novo, todos eles à venda.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Deixa eu fazer uma pergunta à senhora: todos esses imóveis foram pegos por dívida, débito?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Isso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Ele foi pego a um valor acima do valor do mercado, por isso não se consegue colocar à venda?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Não, não. É que a gente usa o valor que a Caixa Econômica nos apresenta. Ela faz avaliação de hoje. Quer dizer, a Caixa Econômica que faz a avaliação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Existe muito processo na Justiça ainda para retomar imóveis ou dando por dívida no Estado?



A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Na verdade, nós temos mais de 60 mil ações na Previdência aqui no Estado. Eu suponho que destas nós tenhamos aí 70% em cobranças de dívidas, porque aí tem todo o tipo de garantia nesses imóveis. Ainda têm terrenos, aliás, tem imóvel, tem máquinas, tem de tudo. Isso eu não posso lhe precisar, porque esse controle nós não temos, porque aí é área da Procuradoria que eles militam. Eu não sei dizer quantos imóveis estão hoje em garantia, penhorados. Isso eu não sei lhe dizer. A gente sabe a partir da hora que é adjudicado, ou seja, que ele vem para o nosso patrimônio. Aí, é a área administrativa da Casa que passa a acompanhar. E esses que estou falando aqui são todos aqueles que já são de propriedade do INSS. Sentença transitada em julgado ou foi para leilão. Quer dizer que teve uma conclusão o processo desses que eu apresentei aqui. São aqueles que a administração já é nossa, que não está mais na Justiça.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mais uma pergunta à senhora. Dra. Aba, desses 111 imóveis, um processo demorado em recebimento, processo demorado para licitar, para colocar à venda, houve uma perda muito grande na valorização desse imóvel, estragado, sem conservação, sem nada, e muitos terrenos podem até estar invadidos, o que que a senhora aconselha para mudar nesse processo de imóveis da Previdência? Esse que é pego por dívida?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Na verdade, existem algumas idéias sendo discutidas na casa, mas nada, assim, de concreto. Nós até imaginávamos que o INSS deveria terceirizar, quer dizer, a forma de vender isso pra não se ter uma tarefa que é uma tarefa pesada pra casa fazer. Se a gente não se exime dela, a gente tem procurado fazer, mas há até discussão na casa, com



sugestões, quer dizer, que nós encaminhamos à Direção Geral, que a gente imaginaria que deveria ser até terceirizado isso. A hora que vem o imóvel aqui que alguém pudesse ou vender, ou lotear, se for terreno, que era mais interessante, porque a gente coloca a cada ano, como eu falei. Há imóveis, desses aqui, que nós colocamos três vezes. Isso tem um custo: a publicação, edital, como V.Exa. colocou, e aí não aparece nenhum interessado. Ano passado, a gente fez na região de Blumenau, colocamos diversos imóveis, vendemos um terreno por 8 mil reais. Ou as avaliações teriam que ser revistas, a gente tem sempre esse trabalho com a Caixa Econômica, ou você vê outros mecanismos que facilitem mais ainda para o cidadão comprar. E também já acho que essa tarefa não devia ser nossa. É uma opinião particular, que a gente tem colocado. Colocamos em documento, mandamos à Direção Geral, mas não assinou, se achou a estratégia e o caminho correto para fazer isso. A gente imagina que tinha que ser terceirizado isso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Obrigado, Dra. Alba; obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Nardes) – Eu não sei se tem algum Parlamentar mais que queira fazer alguma indagação. Eu só gostaria de complementar uma informação em relação àquilo que eu perguntei para a Dra. Alba. A Policlínica, na verdade, não funciona no prédio, ela funciona em outro local. Portanto, esse prédio do INSS ou do Ministério da Saúde, pelas informações que nós temos, uma parte está sendo ocupada e outra parte está abandonada realmente. Mas o Deputado Sérgio Reis, me parece, quer dar mais informação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Só uma informação. Eu estava observando aqui, Dra. Alba, esse relatório. Uma análise rápida que eu estava



observando aqui, só para me tirar uma dúvida: aqui, em Florianópolis, na Rua Felipe, tem um prédio de uma área total de 2.852 metros quadrados, quatorze pavimentos, que agora, no mês de agosto, a DATAPREV deverá instalar-se no mês de agosto. Ela, atualmente, está sendo utilizada pela JR...

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Isso. Junta de Recursos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Junta de Recursos. É do próprio INSS?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Esse prédio é nosso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sim, mas está sendo utilizado pelo próprio INSS?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Sim. Nós temos nesse prédio, nós temos a Junta de Recursos; nós temos lá uma biblioteca, que pertence à Gerência Executiva de Florianópolis também; nós vamos colocar a DATAPREV lá, porque é um órgão do Ministério que paga aluguel, então, está fazendo as adaptações, a instalação da rede pra ir pra lá e — o que mais tem ali no prédio? — a auditoria. A auditoria funciona nesse prédio também. Esse prédio, na antiga estrutura, era usado pela Gerência de Arrecadação de Florianópolis. E nós trouxemos hoje a Gerência para a sede onde estava a Superintendência, de modo que nós rearrumamos esses imóveis. A auditoria, por exemplo, estava em quatro salas num outro local. A Junta de Recursos pagava aluguel. Então, nós trouxemos todos no objetivo de utilizar a ocupação dos espaços.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Então, ele está sendo utilizado pelo próprio INSS?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Pelo próprio INSS.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Tudo bem. E uma outra questão: como é que é feito o levantamento para se saber o valor dos aluguéis? Por exemplo, nós temos aqui um imóvel em Tijucas...

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – ...na Avenida Bayer Filho, um prédio de 340 metros quadrados, que está sendo alugado pelo valor mensal de R\$1.540,00, ao Sr. Gilson Fernando Varela. É um prédio de dois andares. Como é que isso é feito?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Nós colocamos um edital também de procura do imóvel e, aí, se faz a escolha em função dos espaços que você precisa, da localização. Agora, esse próprio imóvel que o senhor falou é um dos que a gente está colocando naquele processo de permuta, para que a gente fuja do aluguel. Se der certo, até dezembro a gente não tem também essa despesa em Tijucas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Nesse relatório aqui constam os valores mensais que a senhora..., que a Previdência paga mensalmente de aluguéis?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Sim. Nós temos só quatro imóveis locados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sim. Mas aqui consta...

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Consta o valor...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – ...os valores?

A SRA. ALBA TEREZINHA SCHLICHTING – Todos eles consta.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Todos. Então, está bom. Dou como satisfeito, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Nardes) – Nós queremos agradecer à senhora convidada, Sra. Alba, pelos esclarecimentos. Diante de não haver mais questionamentos, agradecemos a sua presença e a sua participação, na expectativa, na esperança de que essas indagações e essas questões levantadas possam servir como base para que uma orientação seja dada, para que nós evitemos o desperdício do dinheiro público aqui, em Santa Catarina, especialmente com prédios abandonados, com obras inacabadas. Agradecemos muito a sua presença. Queremos convidar o próximo convidado para tomar assento, o Sr. Murilo Ghisoni Bortoluzzi, que está aqui como Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e que representa o Secretário João Macagnan. Portanto, eu gostaria de convidá-lo para que fizesse uma exposição se existe alguma obra no âmbito da sua Secretaria ou do Estado em parceria com a União, ou da União em parceria com o Estado, ou se V.Sa. tem conhecimento de alguma obra abandonada no Estado, ou prédio inacabado, ou desvio de recursos, enfim, que possa contribuir para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Está com a palavra.

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Muito boa tarde, Presidente. Eu, inicialmente, quero dizer que estou aqui representando o Secretário João Macagnan, da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Soube dessa minha participação aqui durante esse final de semana e, paralelo, já diretamente ao ponto da sua pergunta, eu realmente, em específico ou de preparação para... (*ininteligível*) vamos vasculhar... Eu desconheço qualquer assunto que tenha, da Pasta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, quanto a obra inacabada ou... Eu desconheço e gostaria, caso tendo alguma, algum tema, algum assunto,



algum ponto, de tomar conhecimento. Mas a gente desconhece e tem lá na Secretaria o cuidado de estar sempre de acordo e atualizado quanto às responsabilidades da Secretaria de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Nardes) – Eu gostaria de dizer que, numa conversa que tivemos com o Governador do Estado, ele alertou, certamente não é da sua área, mas, se por informação, o senhor tem alguma coisa a nos esclarecer que foi iniciado no Governo passado um presídio aqui no Estado, com recurso da União, e não foi terminado. O senhor tem conhecimento, alguma coisa, dessa obra, apesar de que eu sei que essa obra não é afeta diretamente à sua Secretaria? Mas se tiver alguma informação que poderia nos passar, agradeço.

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Presidente, infelizmente, eu não tenho informação. Justamente a nossa Pasta é do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, e eu imagino que estaria representando a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, não o Estado todo. Mesmo assim, também não teria conhecimento sobre presídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Nardes) – E quanto a essa obra que está sendo feita, ligando o aeroporto de Florianópolis, uma obra que tem participação, pelas informações que eu tenho, da União, existe algum conhecimento de alguma irregularidade, de algum fato que não abone essa obra, que é uma obra importante pra Florianópolis?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Não, também não tenho conhecimento. Sei que os trâmites estão correndo em parceria com a FATMA, que é a Fundação do Meio Ambiente do Estado, é o órgão vinculado à Secretaria nossa, do Estado, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. E a FATMA é que tem



poderes para a vistoria e licença ambiental, não é? Então, o processo, que eu saiba, está tramitando. E, caso tenhamos alguma... Os trabalhos transcorrem todos dentro da Fundação do Meio Ambiente e eu desconheço qualquer irregularidade do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Nardes) – Bem, Sr. Murilo, vou passar a palavra ao Relator dizendo que está fazendo esse depoimento e esta exposição, melhor dizendo, o Sr. Murilo Ghisoni Bortoluzzi, que é Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, representando aqui o Secretário João Macagnan. Sr. Relator, Anivaldo Vale, se tiver alguma questão, alguma informação que desejar... E se o senhor tiver alguma exposição a fazer — mas, pelo que já disse, o Murilo não tem nada a acrescentar em relação a esta questão —, eu gostaria de deixar o Relator fazer algum questionamento, se assim entender. Sr. Relator, o senhor tem...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu queria agradecer a presença do Dr. Murilo e inicialmente queria perguntar ao Dr. Murilo qual a razão maior da ausência do Dr. Osmar. Omar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Nardes) – É. Murilo, Murilo. Bortoluzzi. Eu gostaria de interromper o Sr. Secretário dizendo para a Sra. Alba fazer uma interrupção antes que ela saia. Sra. Alba, nós estamos lhe encaminhando, e vou lhe passar às mãos, agora, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, em nome do Presidente, Damião Feliciano e de toda a Comissão, um questionamento, que a senhora deverá responder em quinze dias, sobre informações que necessitamos da superintendência, e a senhora enviará essas informações posteriormente para a Comissão Parlamentar de Inquérito, para o



Presidente Damião, para que a senhora responda, em quinze dias, que é o prazo legal que todos os funcionários públicos têm, especialmente na direção do INSS, para responder esses questionamentos. Muito obrigado. Formalizo-lhe isso para ficar registrado aqui nos Anais desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Passo a palavra, novamente, ao Sr. Relator, Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu queria, inicialmente, que V.Sa me informasse qual a razão da ausência do Dr. João Omar, que é o secretário titular.

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – O secretário titular, eu tive a informação de que ele estaria cumprindo com a agenda prévia dele e não estaria possibilitado de vir. Fui consultado se eu poderia me fazer presente, e eu, prontamente, afirmei e estou aqui presente. Estou trazendo também um documento, um fax, enviado ao Presidente da CPI, o Deputado Damião, do Secretário João Macagnan, acusando o recebimento e justificando a ausência e informando da minha representação aqui nesse dia, nesse horário.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Obrigado. Eu queria indagar de V.Sa. se dentro da sua área de atuação, se V.Sa. tem conhecimento se existem obras não concluídas com recursos da União.

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Olha, Sr. Relator, eu realmente não conheço. Não tenho nenhum conhecimento e, de antemão, me coloco à disposição para qualquer apontamento de obra de conhecimento dos senhores que nos informasse, nós, prontamente, vamos averiguar e tratar de responder.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sobre os imóveis rurais, urbanos, de propriedade da União, ou de outra entidade, fora da sua área de atuação, V.Sa. tem



conhecimento da existência de uso inadequado desse imóvel? E tem conhecimento da existência de algum imóvel?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Não, e especialmente dentro da secretaria, desconheço.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – No Orçamento de 2001, contempla recursos a cargo do Ministério da Integração Nacional para construção e recuperação de infra-estrutura na barragem de São Bento, aqui em Santa Catarina, no montante de 11 milhões, 858 mil, 896 reais. Em que fase encontra essa obra?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Sr. Relator, eu não me sinto em condições de lhe dar tecnicamente em que fase que se encontra a obra. Eu imagino que seja da secretaria, uma obra de responsabilidade da Secretaria de Transportes e Obras, é a STO, do Estado, sob o comando do Secretário Leodegar Tiscoski, através do DOH, que é o Departamento de Obras e Estradas e obras hidráulicas, mas, infelizmente, pela alçada da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, eu não teria condições de lhe dar maior subsídio sobre essa obra. Talvez questionando o Estado, aí teríamos condição de levantar esses dados.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Também V.Sa. não sabe qual foi o valor liberado até agora, despendido? Também não, né? Se houve também recursos federais, a participação do BIRD. Nada disso o senhor sabe informar?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Não. Pra Rio São Bento, não. A barragem do Rio São Bento não... A Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente não tem participado como organizadora ou gestora dessa obra. Ela vai participar ou tem participado através da Fundação do Meio Ambiente, pra conceder ou não a licença ambiental. Apenas isso.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Só isso?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – É.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – V.Sa. também não sabe o resultado da fiscalização que foi feita pelo Tribunal de Contas da União nessa obra?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Na obra?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – É.

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Desconheço, desconheço.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O senhor tem conhecimento de alguma irregularidade praticada, principalmente na época da licitação dessa obra?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Também desconheço. Não participei, não faço parte da comissão ou da secretaria responsável. Não está na nossa alçada. Seria um outro órgão, entendo, apesar de fazer parte do Governo do Estado, mas não da gestão da barragem do Rio São Bento, a não ser que...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – V.Sa. também não sabe a data prevista da conclusão dessa obra?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Desconheço também, desconheço também.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Qual o montante de recurso ainda precisa pra conclusão?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Desconheço também.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Conhece se em algum momento da execução dessa obra ela foi paralisada?



O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Através da imprensa, tenho visto que ela não tá tramitando como deveria, mas desconheço qualquer detalhe técnico, específico da obra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – As razões, você não sabe?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Quais as razões que determinou essa paralisação, também não?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Não, desconheço.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – No seu entendimento, qual é o nível de prioridade dessa obra para o Governo do Estado?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Olha, ela tem sido priorizada dentro do próprio Fórum de Desenvolvimento Regional, que é o fórum em que se debate e prioriza as ações nas regiões. Ela tem sido colocada como prioritária também naquela região, que é a região dos Municípios de Criciúma, ao redor do Município de Criciúma, região sul do Estado. Ela tem sido apontada pelas lideranças como prioritária. Mas eu desconheço. Sou de uma outra região, ao lado. Mas eu desconheço a priorização e como que se chegou na importância dessa obra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dr. Murilo, eu queria agradecer a sua presença aqui nesta Comissão, fazendo o registro que nada existe do conhecimento desta Comissão que possa macular o nome da secretaria ou especialmente do secretário. Mas queria pedir ao Presidente que fornecesse ao Dr. Murilo, que levasse ao então Secretário um questionário, a exemplo do que foi apresentado para o INSS, a fim de pedir ao Sr. Secretário a gentileza de trazer as informações para o nosso conhecimento no prazo de quinze dias. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Nardes) – Agradeço ao Relator suas ponderações. E nós queremos também fazer a mesma solicitação: que o Dr. Murilo responda essas questões, que são da Comissão Parlamentar de Inquérito, em nome do Governo e, se possível, repassar para o secretário titular ou para as áreas atinentes que envolvem a sua secretaria que tenham recursos provenientes da União e que nós queremos que sejam informadas à Comissão Parlamentar de Inquérito. Passo, neste momento, então, o questionamento e também passo a palavra ao Deputado Norberto, que vai fazer alguns questionamentos a V.Sa..

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, Sr. Murilo, a sua secretaria tem algum convênio com o Ministério do Meio Ambiente e com o Fundo do Meio Ambiente?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Olha, ela tem convênios com o Ministério do Meio Ambiente... De cabeça, vou tentar lhe apontar quais. Um convênio que é...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O senhor trouxe alguma relação desses convênios?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Não teria, mas gostaria de lhe entregar posteriormente, dentro do questionário, se for possível.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tudo bem, Presidente. Eu gostaria também, Sr. Murilo... Como que está o RIMA? A secretaria sua tem acompanhado o processo de meio ambiente das rodovias BR-101 e a 282?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – O processo se dá, em especial...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sobre o meio ambiente.



O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – ...com a Fundação do Meio Ambiente, que é o órgão vinculado e responsável pelas licenças ambientais, muito embora processos de BR-101, o licenciamento se dá também com o IBAMA, que é o órgão federal. Então, é FATMA, que é a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, juntamente com o IBAMA, prevalecendo a palavra final do IBAMA. Existe, sim, o acompanhamento dos técnicos estaduais junto à coordenação do IBAMA. Pra BR-101, isso eu já posso lhe precisar. Agora, das obras da 282, eu não saberia lhe precisar, mas é... Na Fundação do Meio Ambiente nós podemos levantar os dados e lhe passar posteriormente por escrito, inclusive, qual a participação específica da Fundação do Meio Ambiente do Estado, através da SDM, que é a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. Murilo, todos os convênios da Secretaria de Articulação Regional têm que passar pra saneamento básico. E tem que ter um acompanhamento da Secretaria do Meio Ambiente também. Eu pergunto: esses convênios são passados pela sua secretaria ou tem outro departamento fora, com os Municípios do interior?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Que convênios? Do Ministério?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Todos os convênios sobre saneamento, (*ininteligível*) e tratamento de esgoto de resíduo sólido são passados pela secretaria que você dirige?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Acho que nós não temos nenhum convênio de tratamento de resíduos sólidos com o Governo Federal. Nós não temos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Nem os Municípios?



O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Nem municipal. Convênio federal, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para Municípios ou saneamento, nós não temos. Existe aqui no Estado a CASAN, que é responsável pelo saneamento básico, tratamento da água do Estado. Basicamente, é a CASAN que centraliza todas as ações quanto a resíduos líquidos. E nós, especificamente, na SDN nós não temos convênios para saneamento básico. Não temos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer. Ele respondeu, mas gostaria de requerer que a V.Exa. possa caminhar, que ele possa encaminhar pra nós toda a relação dos convênios que foi realizada pela secretaria junto com o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Nardes) – Então, fica solicitado, por sugestão do Deputado Norberto Teixeira, que de todos os convênios seja entregue um relato que existe com o Governo Federal para a Comissão Parlamentar de Inquérito por parte do Secretário-Adjunto, Murilo Bortoluzzi, que fica responsável, então, perante esta Comissão Parlamentar de fazer a entrega e anexar nesse relatório que será enviado por parte da Secretaria para a Comissão Parlamentar de Inquérito que está fazendo essa investigação. Eu quero agradecer, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, a participação, se o Deputado Sérgio Reis não tiver nada a solicitar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Nardes) – Deputado Sérgio Reis com a palavra.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, eu queria uma informação aqui do Dr. Murilo. Dentro do organograma da secretaria, o que compete à Secretaria de Urbanismo e Ambiente?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – À Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente compete traçar as políticas de meio ambiente do Estado, fazer a parte política da Pasta, definindo o planejamento político das políticas ambientais de Santa Catarina e, igualmente, tratando do desenvolvimento urbano, fomentando o desenvolvimento urbano do Estado, através de convênios estaduais, junto com órgãos de fomento financeiro, a exemplo do BADESC. Basicamente, resumidamente, é essa a função.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Ela não se envolve diretamente nas questões de obra, fiscalização.

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Existem também algumas obras, a exemplo da obra de recuperação da bacia hidrográfica, da bacia carbonífera, onde aí seria um convênio federal com o Ministério do Meio Ambiente, onde se recebem recursos para a recuperação da bacia carbonífera, área de Criciúma.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Essa obra está em andamento?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Está em andamento, na região de Criciúma; coincidentemente a mesma da região do Rio São Bento. Mas é uma região onde é explorado o carvão mineral. E essas áreas expostas estão sendo recuperadas e trazendo a vegetação natural.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Essa obra está sendo feita em parceria com recursos federais?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Com recursos federais.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Há quanto tempo?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Olha, no início deste Governo, quando iniciamos junto com o Governador, já havia esse convênio, no qual foi encerrado, com a nossa participação, encerrada uma etapa e, posteriormente, revalidado o convênio e onde foi dado continuidade e está sendo executado nos dias de hoje, com a coordenação da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Pra finalizar, o senhor poderia nos informar se existem algumas obras com problemas ambientais em Santa Catarina?

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Olha, com problemas ambientais, depende do que você julga problema. Agora, eu diria que tem várias. São várias as questões ambientais em discussão, em análise jurídica. São inúmeras. Isso...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – No relatório, Sr. Presidente, eu gostaria que também nos fosse encaminhado para a nossa CPI um relatório das obras que estão com problemas em discussão, problemas questionáveis na área ambiental.

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Poderíamos, Sr. Deputado, por favor, eventualmente, porque o tipo de problema é difícil de mencionar. Agora, aquele problema que está há mais de um mês ou que está em trâmite normal...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Não, problemas ambientais que estão, mas com recursos federais.

O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Com recursos federais?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Isso. Obras que foram iniciadas com recursos federais e que, no decorrer do caminho, eles se encontram, talvez, embargados por questões meramente ambientais.



O SR. MURILO GHISONI BORTOLUZZI – Pois não, vamos incluir também no relatório e encaminhar à Presidência da CPI.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Dou como satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Queria agradecer a presença do Sr. Secretário, que veio representando o nobre Secretário, e entregar a mão pra ele um questionário. Gostaria...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Já foi entregue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Já foi entregue. Que o Sr. Secretário respondesse no prazo hábil determinado por esta Comissão. *(Pausa.)* Queria convidar a Secretária de Educação e do Desporto, para sua exposição a Dra. Mirian Schlickmann. *(Pausa.)* Não está presente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Nem mandou nenhum representante, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não mandou nenhum representante, não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Nenhum comunicado pra CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não. Vou registrar a ausência dela. *(Pausa.)* Queria convidar o Sr. João José Cândido da Silva, Secretário de Saúde. *(Pausa.)* Então, na ausência da Dra. Mirian e do Dr. João José Cândido — está marcado para as 13 horas —, nós vamos suspender a sessão durante 10 minutos, enquanto dá 1 hora para nós argüirmos o Secretário de Saúde do Estado.

(A reunião é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Está reaberta a sessão. Convido o Sr. Norival Raulino da Silva, representando o Sr. João José Cândido da Silva, Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina. *(Pausa.)* Passo a palavra ao Dr. Norival Raulino da Silva para sua exposição a esta CPI.

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Cumprimentando o Sr. Presidente, os Srs. Deputados, com relação à participação da Secretaria Estadual de Saúde nesta CPI que apura a situação das obras inacabadas em Santa Catarina, devo relatar que, na área da saúde, no que toca a recursos federais do Ministério da Saúde ou interveniência da Secretaria de Estado da Saúde, nós não temos nenhuma obra que possa ser considerada inacabada, paralisada. Todas as obras iniciadas com recursos do Ministério da Saúde, mesmo aquelas nas quais não há a interveniência do Estado, ou seja, recursos conveniados entre o Fundo Nacional de Saúde e os Fundos Municipais de Saúde, essas obras todas estão em franco andamento, nenhuma delas que possa ser temporizada — repito — como obra inacabada. Nos casos de convênios eventuais entre o Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde e a Secretaria, igualmente as obras estão em franco andamento e estão sendo devidamente fiscalizadas e acompanhadas pelo núcleo estadual de fiscalização do REFORSUS e do Ministério da Saúde. Era o que eu tinha a relatar sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Eu gostaria de passar a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dr. Norival, eu queria agradecer inicialmente a sua presença nesta sessão e a objetividade das suas informações. Mas eu queria lhe fazer uma pergunta. O senhor tem conhecimento,



independentemente da sua Secretaria, de obras não concluídas que recebeu recursos federais?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Não. Para obras ou informação que eu possa colocar aqui que sejam consistentes, que sejam de fato de conteúdo relevante, eu não saberia informar, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Na sua Secretaria existe imóveis da União, concedidos pela União, usados pela Secretaria ou usados inadequadamente pela Secretaria? O senhor tem conhecimento da existência desses imóveis?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Não. Imóveis que estão sendo utilizados pelo Estado, desde o instante em que o Sistema Único de Saúde descentralizou o processo, incluindo aí as áreas físicas de propriedade seja do INAMPS, seja do próprio Ministério, estão sendo usados, mas todos estão sendo usados de forma adequada, de forma correta. Na área da saúde, posso lhe afirmar isso. A exemplo do Hospital Florianópolis, que é um hospital de propriedade do Ministério da Saúde, da área federal, mas que está sendo utilizado adequadamente, dentro dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – A Secretaria de Saúde recebeu um prédio do INSS. É da Secretaria de Saúde ou é do Município esse prédio que está sendo usado, parte dele está sendo usada pelo Município?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Esse prédio é o prédio da Policlínica? Qual é o endereço dele? Poderia me citar?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Policlínica.

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Policlínica. Bom, este prédio, onde hoje funciona a Policlínica de referência estadual, parte dele é utilizado pela



Secretaria de Estado da Saúde, parte dele está sendo agora utilizado também pela Superintendência do INSS, da Previdência Social. Mas parte dele é usado, sim, pela Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O prédio está sendo usado na sua plenitude, na sua plena capacidade?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Sim, na sua plena capacidade.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – E o INSS ainda tem utilização de parte do prédio?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – O INSS, salvo qualquer correção que possa ser feita, está retomando parte de área desse prédio. Está reutilizando, agora, parte dessa edificação que fica na Rua Esteves Júnior. Continuamos lá usando áreas para o atendimento regionalizado, mas sei que o INSS está voltando a ter áreas para utilização administrativa, enfim, pra seu próprio uso.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu agradeço uma vez mais as informações prestadas pelo senhor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Eu passo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Norival Silva, Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado, eu gostaria que o senhor pudesse nos informar, se fosse possível, se existe alguma obra com recursos federais entre a Secretaria de Estado, do Governo Federal, que ainda esteja em andamento, não concluída.

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Obras em andamento, sim. Elas existem.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – O senhor poderia citar algumas delas?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Eu tenho uma relação aqui. Até, depois, nós estamos com o nosso engenheiro, que está aqui, o Dr. Edvaldo, que acabou de chegar. Obras em andamento de convênios federais: convênio entre a Fundação Nacional de Saúde e a Secretaria para a construção do nosso laboratório de fronteira, VIGISUS — isso está em andamento; obra para a construção da Central Estadual de Rede de Frios; o Hospital Pediátrico de Joinville; o Hospital Wilson Kleinunbing, aqui em Florianópolis; ampliação do Hospital Universitário; recursos que vieram à Secretaria para a construção do Hospital Universitário de Blumenau, em parceria com o Município de Blumenau; e convênio entre o Ministério da Saúde e a Secretaria; ampliação do Hospital Nossa Senhora da Conceição, Tubarão. Essas são as obras que estão em andamento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Algumas dessas obras que o senhor citou, agora há pouco, tem algum problema na execução delas, algum indício constatado, pelo Tribunal, de irregularidades?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Que seja do meu conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Até para esclarecer ao senhor, que eu fui um dessas CPIs que se propalam e, em algumas vezes, temerário, não é só para averiguar indício de irregularidades. Eu acho que nós temos uma importância muito grande, porque existem algumas obras em nosso País que estão paralisadas até por falta de recursos. Então, a nossa preocupação também é se esses recursos estão chegando, se o Governo Federal não está travando o envio desses recursos, prejudicando a própria comunidade. E dentre essas obras que o senhor citou, existe



alguma obra que os senhores estão sentindo dificuldades na captação dos recursos para a conclusão delas?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Não. Todas essas obras já estão sendo acompanhadas, como eu já disse, pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, do REFORSUS. E salvo aquelas dificuldades próprias das tramitações de prestação de contas, de convênios, afora isso, regularizadas as questões de ordem legal, de cumprimento do convênio, os recursos têm vindo regularmente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, eu me dou como satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Eu passo a palavra ao nosso nobre Deputado Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma indagação a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Passo a palavra ao nobre Deputado João Coser. José Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – É João.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Eu gostaria de cumprimentar a todos os colegas Deputados — chegando, agora, o Presidente —, o Relator, os membros de órgãos públicos que nos acompanham, a Assessoria do Tribunal de Contas. Gostaria de, ao Sr. Norival, fazer uma pergunta. O objetivo desta Comissão, além de tentar buscar irregularidades, comportamentos indevidos, mais do que o caráter inquisitório, é fazer um levantamento do que nós temos de coisas abandonadas pelo País afora, desmandos. Alguns por descuido, outros por falta de recursos ou por



planejamento talvez não feitos da forma mais correta. Então, a minha pergunta é a seguinte: dessas obras a que o senhor fez referência, como o laboratório, rede, hospitais, três hospitais — eu trabalho na Comissão de Orçamento há algum tempo e sei que é comum colocar o recurso, elas andam um tempo e depois paralisam. Então, a minha pergunta é muito objetiva: se todas estão em andamento, ou se tem algumas delas que por falta de recursos estão paradas este ano, ou se estão paradas há dois anos ou três anos? O que nos interessa, particularmente, bens públicos abandonados ou mal utilizados e obras que tiveram início, foram planejadas, mas que não estão sendo concluídas. Para ver se a Comissão pode contribuir também no sentido de concluir as obras. Porque o grande desafio deste País não é começar uma obra, é fazê-la, prestar o serviço a que ela foi destinada quando planejada. Então, eu queria, como na minha avaliação esta Comissão tem o objetivo de levar daqui do Estado, que o senhor respondesse com mais precisão cada uma delas, se estão todas em andamento, em fase de conclusão, se daqui a pouco tempo estarão prestando serviço à comunidade, ou se tem alguma paralisada por falta de recursos. Eu conheço o trabalho da bancada federal daqui, sei que é eficiente. Mas posso chegar à impressão de que são eficientes demais, porque no Brasil inteiro as obras param por falta de recursos. O senhor disse que aqui não tem nenhuma parada por falta de recursos, eu já vou ficar me achando mais incompetente do que a bancada daqui. Então, a outra pergunta é se porventura não há grandes galerias, Estações de Tratamento de Esgoto sendo construídas, iniciadas e também paralisadas por continuidade, por falta de recursos federais — as famosas ETEs. Porque é comum também você iniciar uma obra de saneamento, fazer um planejamento longo, grande, e em um ano que você consegue recurso,



através da bancada federal, da Fundação Nacional de Saúde, aí, ela paralisa. Isso tem praticamente no Brasil inteiro. Também gostaria de saber se não tem conveniado com o Estado ou até com alguma grande Prefeitura, que seja do conhecimento do senhor, porque, muitas vezes, a bancada federal também faz opção por repassar recurso direto para as administrações municipais, em função da relação dos Parlamentares com os Prefeitos. Essa é a parte de obras. A parte de bens públicos eu vou depois fazer.

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Bom, Deputado, eu quero reafirmar que no que toca a recursos conveniados, entre recursos federais e o Estado de Santa Catarina, as obras que estão afetas a esse tipo de relacionamento de cooperação financeira, todas estão de fato andando, eu repito, à exceção daquelas questões de ordem administrativa, de gerenciamento de convênio, não têm tido, nos últimos dois anos e meio em que nós estamos à frente da Secretaria, com o nosso titular Dr. João Cândido, nenhuma obra que tenha sofrido paralisação por falta de recursos. É preciso registrar, então, que há também aqueles convênios firmados entre o Ministério da Saúde diretamente com os Municípios, que não sofrem interferência da Secretaria de Estado. Há uma obra que pode se caracterizar como inacabada, que não tem interferência da Secretaria de Estado, do Hospital Santa Catarina, se não me engano, de Criciúma — Hospital Santa Catarina de Criciúma; é isso? —, que andou até setembro de 2000, até o ano passado, portanto, e que, a partir daí, por conta, segundo a nossa área de engenharia, que está aqui, por conta de um redimensionamento dos serviços que deveriam ser lá prestados naquele hospital, em termos de vocação de gestão do hospital. Repito: isto aqui, este convênio é diretamente Município/Ministério da Saúde, Município de Criciúma com o



Ministério da Saúde. O.k.? Fora isto, nenhuma outra informação que possa ser acrescentada.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – E algum bem público, agora também como cidadão. Não só na Secretaria de Saúde, mas algum bem público mal utilizado. Nós temos, por exemplo, num Estado nosso, os galpões do IBC, o antigo IBC. Se o senhor conhece outras áreas, ou, por exemplo, na área de Secretaria de Patrimônio da União, grandes áreas abandonadas ou subutilizadas, ou prédios públicos construídos, como é o caso do INSS, que construiu grandes amareloes e depois no tempo que o recurso era mais fácil. O senhor já colocou uma parte, eu entendi. Então, não quero ser redundante. Mas se não tem conhecimento de alguma outra coisa significativa que pudesse contribuir com o trabalho desta Comissão.

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Que seja significativo, que seja relevante, que seja algo de fato a acrescentar aqui, nenhuma informação.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Gostaria de passar a palavra ao nobre Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Eu estive, e V.Exa. sabe, ausente, prestando uma entrevista, e, pelo que acompanhei, me satisfaz, perfeitamente, ao menos até este momento, as respostas do representante do Sr. Secretário da Saúde. De formas que nada a acrescentar, nada a inquirir neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – O senhor representa a Secretaria de Saúde. Que função o senhor tem na Secretaria?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Eu sou o Secretário-Adjunto, Secretário de Estado Adjunto da Saúde.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Sr. Secretário-Adjunto, existem muitos convênios com Municípios no Brasil todo, entre o Ministério da Saúde e o Município, para construção de hospitais ou para construir outros tipos de laboratórios públicos. Depois, o Município não tem condições de funcionar, o prédio fica lá, abandonado, sem condições de funcionar como hospital ou como laboratório. Aqui, em Santa Catarina, existe algum Município que recebeu recursos que não tem condições? A Prefeitura vem procurando convênio para poder funcionar esses prédios?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Que eu tenha conhecimento de obras específicas construídas com recursos federais, que estejam até finalizadas, mas sem o funcionamento, nenhuma informação a colocar aqui. Realmente, eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Acabou o INAMPS. Todos os imóveis do INAMPS foram transferidos para algumas Secretarias Estaduais de Saúde e outros ficaram abandonados. Existe ainda algum imóvel do INAMPS que não foi passado para a Secretaria de Saúde?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Aqui, em Florianópolis, particularmente, nós temos o prédio da Policlínica, o Hospital de Florianópolis, o Almojarifado Central. Veja, na minha área de conhecimento, nenhum prédio que seja da área da saúde, particularmente, que não esteja sendo utilizado seja pela Secretaria da Saúde, seja por órgãos afins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – E da Fundação Nacional de Saúde?



O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Esses continuam sendo usados pela Coordenadoria Estadual da Fundação Nacional de Saúde, o grupo que continua fazendo a representação da Fundação Nacional de Saúde. Toda a parte de bens móveis, a Fundação, dentro do processo de descentralização, foi repassado aos Estados e Municípios. O prédio da Coordenação Central da Fundação continua sendo utilizado pela representação da Fundação, em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Continua em nome do INAMPS e da Fundação ou é passado por documentos também?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Não. Neste caso da Fundação, continua em nome da Fundação. Continua em nome da Fundação. Naturalmente, os bens móveis, veículos e equipamentos, isso foi repassado, por termos de cessão, aos Estados e aos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Todos os convênios feitos com os Municípios, a Secretaria tem uma participação de acompanhamento?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Quando há uma relação de cooperação financeira entre o Ministério da Saúde, o REFORSUS e os Municípios, a Secretaria, claro, como gestor da política estadual de Saúde, também tem o papel do processo de auditoria, de controle de avaliação, de acompanhamento, certamente. A Secretaria tem esse papel e tem exercido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Existem muitos convênios que estão irregulares, que estão com dificuldades em muitos Municípios?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Eu não poderia lhe precisar um ou outro caso aqui, mas todos os casos de acompanhamento de gestão que fazemos nos 293 Municípios e nos 228 hospitais que compõem a nossa rede hospitalar,



todos os casos, seja de aplicação de recursos, seja de irregularidades de investimentos dos recursos federais, eles são devidamente auditados, evidenciados e encaminhados ao Ministério Público, ao Conselho Municipal de Saúde, ao Conselho Estadual de Saúde, aos fóruns adequados, que adotam as sanções apropriadas, as medidas pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Obrigado. Passo a Presidência ao Deputado Damião Feliciano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Antes, o Deputado Relator, Anivaldo Vale, quer fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Norival, eu queria que o senhor deixasse bem claro, aqui, que me responda naquele assunto da Policlínica. Porque esteve aqui a Superintendente do INSS e ela nos informou que esse prédio teria sido cedido para a Secretaria de Saúde, e a Secretaria de Saúde estaria utilizando o prédio. Da forma que o senhor coloca é que o prédio está sendo utilizado uma parte pela Secretaria e a outra parte pelo INSS. E a forma que ela deixou aqui claro para nós é que estaria tudo sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde. Eu queria que o senhor esclarecesse isso pra nós.

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Primeiro, que me surpreendo. Nós vamos tomar conta do prédio, então. Está ali o meu Diretor Administrativo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Ela disse que a cessão foi feita para a Secretaria através do Instituto.

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – O.k. Eu não conheço o documento de cessão de uso do prédio. Mas, certamente, que o INSS, hoje, ocupa o térreo e o segundo andar e ainda uma parte do quarto andar.



(Intervenção inaudível.)

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Então, essa informação me surpreende, porque há a participação no espaço... Veja, o prédio, não quero fazer aqui valor de juízo, mas o prédio, certamente, pode ter sido cedido integralmente à Secretaria da Saúde, mas o INSS ainda usa essas áreas que acabei de mencionar — confirmado aqui pela nossa área de engenharia.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Usa pagando algum tipo de arrecadação à Secretaria? De que forma é essa cessão?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Não. Não nos pagam. Não há nenhum pagamento, nenhuma forma de pedágio, vamos dizer, pelo uso do prédio. Muito pelo contrário. Nós até estaríamos precisando de espaços. Pois não, Fábio.

(Intervenção inaudível.)

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Nós estamos falando da Policlínica, na Rua Esteves Júnior. Há um outro prédio lá no Estreito. É isso?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Que é cedido também?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Mas esse é cedido para o Município.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Para o Município?

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Para o Município. Esse não é para o Estado, tá?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Tá bom, esclareceu. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer pela sua participação aqui e pelos seus esclarecimentos.

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA – Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – A CPI está também colocando um comunicado para que V.Exa. pudesse responder, em tempo hábil de quinze dias, por escrito, as informações de que necessitamos. Vou lhe passar o documento, e nós aguardaremos algumas informações que não foram esclarecidas aqui, para o senhor mandar para a nossa CPI.

O SR. NORIVAL RAULINO DA SILVA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – O último a tomar assento, o Deputado Federal, colega nosso a tomar assento, Leodegar da Cunha, que é Secretário dos Transportes de Obras. (*Pausa.*) Eu queria, inicialmente, passar a palavra ao Secretário, colega nosso, Deputado Federal, Leodegar da Cunha.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, na área da Secretaria dos Transportes e Obras temos algumas delegações na área do Ministério dos Transportes ao Governo de Santa Catarina, e eu destacaria a delegação da Rodovia BR-282, que liga a BR-101, em Florianópolis, até a Argentina, no Rio Peperi-Guaçu. E essa obra é uma obra histórica, reivindicada há muitos anos, e tem sido implantada por partes. E, até recentemente, boa parte dela estava com os ritmos dos trabalhos paralisados, mas hoje eu diria que está com obras praticamente em toda a sua extensão, obras de restauração e pavimentação de trechos. Próximo a Florianópolis, no Município de Palhoça, estamos concluindo 16 quilômetros de implantação. O trecho de Lages a Campos Novos, com 105 quilômetros de extensão, temos três trechos em obras: um deles delegado ao Exército, ao Batalhão de Engenharia e de Construção, com sede em Lages; e dois outros trechos executados, estão sendo fiscalizados pelo Departamento de Estradas de Rodagem, vinculado à Secretaria dos Transportes e



Obras, através da delegação para o Estado de Santa Catarina. São dois trechos: um com 54 quilômetros praticamente, 70% dos serviços já executados de terraplanagem, e estamos licitando a pavimentação desse trecho; o outro trecho, com 17 quilômetros, vai do Município de Vargem até Campos Novos, concluindo esse trecho de Lages até Campos Novos, os 105 quilômetros. E esse trecho foi licitado recentemente, recebeu ordem de serviço e também está em pleno ritmo. E temos também já licitado o trecho lá no final, na divisa com a Argentina, são 29 quilômetros entre São Miguel d'Oeste e o Rio Peperi-Guaçu, na divisa com a Argentina. Esse já está licitado, aguardando definições só de empenhamento orçamentário para poder receber a ordem de serviço. Eu diria que essa é a obra mais importante na área rodoviária, envolvendo recursos federais no Estado de Santa Catarina. Depois, nós temos uma delegação, que é a BR-470. Ela foi delegada ao Estado de Santa Catarina em 1998, mas para um processo de concessão que acabou por uma série de razões, sendo anulada essa concessão. E o Estado de Santa Catarina mantém essa rodovia, mas ela está totalmente implantada e somente o Estado está fazendo o serviço de manutenção. Basicamente, são essas obras que envolvem recursos federais na área rodoviária no Estado de Santa Catarina. Além disso, acredito que a obra mais importante que nós temos, em termos rodoviários no Estado de Santa Catarina, é a implantação da BR-101, a duplicação da BR-101. E aí não envolve o Estado de Santa Catarina, mas é um registro importante a ser feito, que é a BR-101 duplicada, totalmente concluída no trecho norte, entre Florianópolis e a divisa com o Paraná. Mas, infelizmente, ainda no trecho sul paralisada e trazendo inúmeros problemas, volume elevadíssimo de tráfego e congestionada e até o momento ainda sem perspectiva de iniciar essa



obra, que é fundamental não apenas para Santa Catarina, mas para o Brasil e para o MERCOSUL, já que ela integra o corredor do MERCOSUL. E esse trecho entre Florianópolis e a divisa de Santa Catarina até Osório, no Rio Grande do Sul, onde inicia a BR-290, é fundamental que seja agilizada a sua retomada, ou o seu início de duplicação, para poder solucionar esse grave problema no território catarinense. Basicamente, eram essas as informações que temos e nos colocamos à disposição para questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria passar a palavra ao Deputado Anivaldo Vale, Relator da Comissão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Agradeço inicialmente a sua participação nesta Comissão. Eu queria merecer do senhor a consideração sobre algumas indagações. A primeira: dentro da sua Secretaria, na sua área de atuação, existe alguma obra paralisada?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não. Hoje, praticamente, praticamente não, todas as obras que estavam paralisadas foram retomadas, sejam com recursos federais ou com recursos estaduais, todas foram retomadas e algumas já concluídas, e outras ainda não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Segunda pergunta: eu lhe pergunto em relação a outras obras no Estado, independentemente da sua Secretaria, que o senhor tenha notícia de alguma irregularidade, paralisação ou algum vício da contratação.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não. Não tenho conhecimento, não lembro, à exceção da BR-101, que para nós é um problema grave. Inclusive um trecho da BR-101 que falta concluir é justamente a região onde eu tenho a minha



região eleitoral. E esse, acho, é problema mais grave dentro do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Ainda em relação às obras, eu queria lhe perguntar sobre a 101, que foi Palhoça, que o senhor já colocou, mas eu queria lhe fazer uma pergunta que o senhor também comentou, **en passant**, que é a interligação, que eu acho que cabe até a bancada daqui com a bancada do Rio Grande do Sul talvez buscar uma emenda, trabalhar, muito embora a bancada está sendo extremamente competente até na liberação dos recursos. Mas essa obra 282 — como disse o Governador Amin, é a espinha dorsal aqui do Estado de Santa Catarina —, na sua visão, tanto a 282 como também o Porto de Itajaí e o Porto de...

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – De São Francisco.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – ... São Francisco e Laguna, né?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – E Laguna.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O que faz enquanto essas obras, a execução delas?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Primeiro há um registro que eu quero fazer. Realmente, a bancada catarinense tem sido muito prestativa, competente e tem nos auxiliando, e muito, nessas obras e em outras. A 282 nós estamos em obras, em quatro trechos já retomados em pleno ritmo e um a ser iniciado, que é o trecho justamente de São Miguel d'Oeste, a divisa com a Argentina. E também já temos entendimentos para a restauração de alguns trechos que estão danificados da BR-282, um trecho já com fase de licitação, que é o trecho de Santo Amaro da Imperatriz até o alto da Serra da Boa Vista; o outro trecho está em projeto, que é do alto da Serra da Boa Vista até Alfredo Wagner, também está em projeto



para posterior licitação de restauração; e ainda o trecho de Erval Velho até Joaçaba, que também deverá ser licitada a sua restauração. Então, a 282, eu diria, que toda ela está sendo retomada, estão sendo retomados os serviços. O trecho de Lages até São José do Cerrito é da competência do Batalhão de Engenharia e de Construção, sediado em Lages. Um ritmo um pouco lento, mas a obra está em andamento. Em relação à 282, eu diria que se continuar como está, tendo o apoio da bancada federal, do Ministério dos Transportes e o ritmo das obras, nós teremos logo, logo essa obra totalmente concluída. Depois os portos, graças à emenda também da bancada federal, nós temos o Porto de Itajaí, que está em plena ampliação, em pleno ritmo de ampliação dos trabalhos. O Porto de São Francisco do Sul, que é vinculado à Secretaria dos Transportes e Obras também, estamos permanentemente em ampliação e com recursos do Governo Federal, também investimentos privados. Hoje, pela manhã, tivemos ainda a confirmação da aquisição de mais dois equipamentos de carga e descarga de contêiner, investimento da ordem de 3 milhões de dólares, e também a chamada ampliação para construção de mais berços, que é a derrocagem de uma laje que há ainda, submersa, e esse trabalho já está em fase de licitação. Então, o Porto de São Francisco está em pleno ritmo de ampliação, e há ainda o Porto de Laguna; também com recursos federais já foi licitada a ampliação, a retificação do chamado Mole Sul, Asa Sul do Mole, que é a mudança do traçado dos moles, permitindo a ampliação da entrada na barra. Esse trabalho foi licitado diretamente pelo Ministério dos Transportes; o Porto é vinculado ao Porto de Santos, e as obras estão em ritmo. Acredito que no prazo previsto deverão estar concluídas. Então, basicamente, pelo menos sobre os portos, seriam essas as informações.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não houve na fase de licitação nenhuma denúncia sobre o processo de licitação dessas obras?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – O Porto de Laguna, como foi feito diretamente pelo Ministério dos Transportes, eu desconheço qualquer dificuldade que tenha ocorrido. Não tenho informações. No Porto de São Francisco do Sul, que nós acompanhamos diretamente, porque é vinculado à Secretaria de Transportes e Obras, as licitações têm ocorrido normalmente, também sem os procedimentos normais, os recursos, mas sem qualquer dificuldade em cumprimento de cronograma ou qualquer preocupação com relação ao andamento das obras.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – A execução física dessa obra está compatível com o valor liberado e está obedecendo ao fluxo normal?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Sim. Nós temos... Em termos de DER, todas as nossas licitações obedecem à tabela do DER; as obras federais obedecem à tabela do DNER, cumprindo-a religiosamente, e também todos os demais serviços, no caso do Porto de São Francisco, obedecendo aos padrões normais da construção civil.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim, mas a minha pergunta é se o valor liberado está compatível com o valor executado.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Ah, sim. Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Está compatível?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Está compatível.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Independentemente de ser da sua Secretaria, o senhor tem conhecimento de algum imóvel de propriedade da União, seja imóvel urbano ou rural, que esteja ocioso ou sendo usado inadequadamente?



O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Muito obrigado pelas suas informações. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, Dr. Leodegar, em princípio, eu queria que o senhor explanasse aqui para a gente, para todos nós, o que compete, dentro da área da Secretaria de Transportes e Obras do Estado de Santa Catarina, o que compete à Secretaria.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – A Secretaria de Transportes e Obras tem a responsabilidade na área rodoviária, onde nós temos uma malha de seis mil e quinhentos quilômetros de rodovias estaduais. Essas rodovias, elas têm... Hoje, Santa Catarina está com três mil quilômetros, aproximadamente, de rodovias já pavimentadas, e o restante a pavimentar. E temos a área de construção civil, que é o Departamento de Edificações de Obras Hidráulicas, que é uma autarquia vinculada à Secretaria de Transportes e Obras, e, nessa autarquia... através dessa autarquia são praticamente executados todos os investimentos na área de construção civil das diversas Secretarias de Estado. E temos ainda o Departamento de Transportes e Terminais, que é uma autarquia também, responsável pelo transporte coletivo intermunicipal de passageiros, aproximadamente mil linhas espalhadas em todo o Estado de Santa Catarina. Através dessas autarquias também são repassados, principalmente conveniados, recursos para os Municípios, para a construção de terminais de passageiros e abrigos de passageiros. E temos também a autarquia que é o Porto de São Francisco do Sul, como já mencionamos,



que é um Porto situado ao norte do Estado, uma concessão federal ao Estado de Santa Catarina, e ainda temos uma diretoria que cuida da área de planejamento e gerenciamento do transporte aeroviário. E temos hoje um número de vinte e sete aeroportos no Estado de Santa Catarina, que são acompanhados... aeroportos municipais ou particulares, que são acompanhados através dessa gerência e, através dessa gerência, são aplicados recursos do Departamento de Aviação e Civil na área de infra-estrutura aeroportuária.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Dr. Leodegar, uma pergunta mais específica: todas as obras do Estado, elas são licitadas pela sua Secretaria?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não. Não obrigatoriamente; só aquelas que são realmente da competência da Secretaria, como, por exemplo, a construção de uma...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – De uma penitenciária?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – De uma penitenciária. A licitação é feita através da Secretaria específica, a Secretaria de Justiça, e o Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas acompanha, fiscaliza essa obra, porque as Secretarias não têm uma estrutura própria de corpo técnico, engenheiros, topógrafos, laboratorista. Então, compete ao Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas fiscalizar essas obras.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Aquela obra que liga o aeroporto é feita pela sua Secretaria?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Sim. A ligação é chamada Via Expressa Sul, que começa aqui, logo no Aterro da Baía Sul, atravessando depois o túnel, e vai em direção ao Aeroporto Hercílio Luz. É uma obra que está sendo



executada 80% com recursos do Governo Federal, do PRO-INFRA, e também está em pleno ritmo hoje, a primeira etapa, eu diria já com 60%, 70% da obra concluída.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Ela ficou paralisada por algum tempo? O senhor tem informação?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Ficou paralisada no Governo anterior e no início deste Governo, por mais de dois anos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – O senhor pode nos informar quais foram os motivos pelos quais essa obra ficou por um determinado tempo paralisada?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – A obra foi licitada em final de 94, iniciada, propriamente dito, no início de 95, e paralisada em 97, em meados de 97, julho ou agosto de 97; segundo informações, à época, do Governo, era tudo por falta de recursos financeiros. E retomamos essa obra em maio de 99.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – O senhor pode nos informar se dentro do contrato foi pedido, por parte da empresa, um aditivo?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Foi. Essa obra foi aditada. Ela tem um contrato original de 32 milhões, e foi aditada inclusive com o aval do Tribunal de Contas. E a conclusão a que chegamos era de que se não houvesse o aditamento não teríamos como prosseguir a obra. E através do... com o aval do Tribunal de Contas, fizemos as sugestões de aditamentos, que foram acatadas pelo Tribunal de Contas, e os serviços tiveram continuidade.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Não sei, Sr. Presidente, eu não me recordo bem; dentre uma das obras aqui do Estado, se eu me recordo do que eu conversava com o senhor agora pela manhã, foi a essa obra a que nós nos referimos que, em princípio, foi autorizado um aditamento desse...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não é essa obra, não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Não é essa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não, é a da penitenciária.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Ah, é a da penitenciária. Uma última pergunta: esses organogramas de liberação desses recursos para essa obra, eles estão de acordo com o andamento das obras?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Estão, estão em dia. Estamos inclusive concluindo os recursos referentes ao Orçamento de 2000 e solicitando informações para... referentes ao Orçamento de 2001.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – O senhor não tem conhecimento de como é que anda... do andamento das obras da penitenciária?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Eu não tenho detalhes, porque é uma obra vinculada à Secretaria de Justiça, e eu confesso que não tenho... Sei que tem tido problemas desde o início, mas eu confesso que não teria dados mais precisos para falar sobre ela.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, também na nossa conversa que nós tivemos hoje, há também um porto, se eu não me engano, que se encontra com as obras paralisadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Porto de Laguna.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Porto de Laguna.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – E qual o motivo?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Essa é uma obra que foi licitada, como eu expliquei, diretamente pelo Governo Federal, Ministério dos



Transportes, e parece-me que, por questões financeiras, a obra está em ritmo muito lento, ou paralisada. Eu não tenho informações precisas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – A sua Secretaria não tem um acompanhamento mais direto?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não. Só acompanhamos até porque tem uma vinculação com o Deputado Federal da região nossa, mas eu não tenho informações precisas, porque esse acompanhamento é feito diretamente pelo Ministério dos Transportes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, eu me dou como satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria passar a palavra ao Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares membros desta CPI, cumprimentando-os, quero cumprimentar o Deputado Federal Leodegar Tiscoski, nosso colega de Parlamento, meu colega de Assembléia Legislativa e também agora de Parlamento, em quatro Legislaturas. Quero, Deputado Leodegar Tiscoski, algum esclarecimento de V.Exa., alguma informação a respeito... Primeira questão: obras delegadas. A BR-470 é uma rodovia delegada ao Governo do Estado, e houve, em determinados momentos, notícias através da imprensa, e mais recentemente elas se intensificaram, dando conta de que o Governo do Estado havia julgado por bem devolver a competência ao Governo Federal, através do Ministério dos Transportes. Eu peço de V.Exa. alguma informação a esse respeito, por favor, como também sobre a questão... Vimos acompanhando, até porque sou da região, e isso tanto o senhor como os membros



da sua equipe — afinal de contas há união, há unidade aqui em Santa Catarina — sabem. Sou daquela região, e tenho acompanhado inclusive obras de ampliação ou de alargamento de... digamos assim, do acostamento naquela rodovia, para diminuir ou para melhorar as condições de trafegabilidade no trecho Blumenau/Indaial. Sobre esses aspectos, V.Exa. poderia nos dar algum esclarecimento, Deputado?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Pois não. A BR-470, ela foi delegada ao Governo de Santa Catarina em dezembro de 98 para efeito de concessão, processo de concessão que se iniciou à época. Quando assumimos o Governo o processo de concessão estava concluído; apenas faltava a ordem de serviço às empresas concessionárias. E, através de uma série de questionamentos que ocorreram, inclusive questionamentos jurídicos e no Tribunal de Contas, esse processo foi anulado, e todo o processo de concessão, porque eram, na verdade, três sistemas de concessão rodoviária, dois deles envolvendo rodovias federais e estaduais; uma delas é justamente a BR-470 e mais rodovias estaduais, num contexto que envolvia em torno de 400 quilômetros de rodovia. Anulada essa concessão, a proposta do Governo de Santa Catarina foi mudar o objeto do convênio de delegação, porque o convênio de delegação, ele era específico para a concessão. Portanto, o convênio hoje existente, ele foge ao objeto que estamos propondo, que é: ou o Governo Federal reassume a BR-470, ou muda o objeto do convênio, fazendo com que essa delegação seja para investimentos com recursos do Governo Federal e do Governo Estadual, a exemplo do acontece na BR-282. Essa solicitação está no Ministério do Transporte. Ainda não houve a manifestação do Ministério do Transporte sobre o qual o caminho a seguir, se reassume a BR-470 ou mantém um convênio reformulando o objeto. E o Estado de Santa Catarina



liberou o edital de licitação, e já com ordem de serviço para a execução do trabalho de projeto de engenharia, de duplicação do trecho entre Blumenau e Indaial, que é o trecho mais crítico da rodovia. São 25 quilômetros. Ali a trafegabilidade é de alto volume diário, ultrapassando 15 mil veículos/dia, e é o trecho mais crítico da BR-470. Nós estamos num plano para execução do projeto de engenharia nesse trecho e à busca, justamente, junto com a bancada federal e junto com o Ministério dos Transportes, de recursos para que possamos, no próximo ano, uma vez concluído o projeto de engenharia nesse trecho, garantir a duplicação desse trecho, seja diretamente pelo Governo Federal ou com delegação do Governo de Santa Catarina — duplicar o trecho entre Blumenau e Indaial, que é o trecho mais crítico. E a proposta é, uma vez concluído esse projeto nesse trecho e já iniciada a obra, se possível no próximo ano, buscarmos também a continuidade da duplicação em direção à BR-101, de Gaspar até a BR-101, duplicando a BR-101 em toda a sua extensão, de Indaial até a BR-101, por etapas, e depois chegarmos futuramente até Rio do Sul. Então, essa é a proposta do Governo de Santa Catarina em relação a BR-470.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Ainda, Deputado... Secretário Tiscoski, relativamente ao túnel ou aos túneis do acesso ao aeroporto aqui da nossa Via Expressa Sul, V.Exa. há pouco nos informava a respeito, respondendo a um questionamento do Deputado Sérgio Reis, de que fora aditivado aquele contrato. V.Exa. pode nos precisar, ou pode nos dar informações a respeito do valor do contrato original, o valor do termo aditivo, do contrato aditivo, e também a data aproximada dessa aditivação, por favor?



O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – O projeto de engenharia previa a obra.... concluído o projeto, o orçamento previsto era para em torno de 50 milhões, a execução dessa obra. E, como é conhecido historicamente, na disputa... na licitação, que ocorreu em 94/95, a empresa vencedora, na época, ganhou esse contrato na ordem de 30 milhões de reais... em torno de 30 milhões de reais, então reduzindo sensivelmente aquela proposta original orçada no projeto. E, iniciados os trabalhos, a obra paralisou em 97, retomamos em maio de 99, e se concluiu que, com aqueles volumes, seria impossível concluir a obra. E, consultado o Tribunal de Contas se se deveria reliciar a obra ou aditar, o Tribunal de Contas orientou pelo aditamento, inclusive estabelecendo o volume. Já houve duas ou três manifestações do Tribunal de Contas nesse aditamento. E hoje o valor da obra, Edgar, estaria em quanto? É o nosso Diretor da área.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – (*Intervenção inaudível.*) Até o presente momento, 65 milhões.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Sessenta e cinco milhões. Hoje é o custo em que está, atualizando os valores.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sim. A aditivação corresponderia a essa diferença acima de 30 milhões. É isto. Secretário, o senhor falava de que o contrato...

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – E considerando, justamente, Deputado, as correções e o aditamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Certo. A licitação da obra teria sido feito em 94/95, Deputado?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Final de 94.



O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Final de 94.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – E iniciada em 95.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Certo. Perfeitamente. Não, é para deixar claro quando foi feita a licitação. Ainda uma colocação a respeito da BR-282: e que aporte de recursos V.Exa. tem, num valor aproximado, até para informação, tem recebido...

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – De repasses?

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – ...no atual Governo, nos repasses de 99, 2000 e agora 2001? V.Exa. lembra mais ou menos o valor?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Tenho esses números: 20 milhões em 2001...

(Intervenção inaudível.)

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Total.

(Intervenção inaudível.)

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Em torno de 26 milhões é o repasse no... porque nós retomamos essas obras em meados de 2000.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Perfeitamente. Li através da imprensa e escutei... através da imprensa escrita, e também escutei semana passada alguma... alguns órgãos da imprensa colocando ou divulgando a afirmação do Governador de que estariam sendo liberados aproximadamente 40 milhões de reais para essa obra. Qual a origem desses recursos, Deputado?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – São recursos federais.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – São recursos federais já assegurados?



O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Recursos federais assegurados através do Orçamento da União.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – De 40 milhões de reais?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Mas não é o que estava no Orçamento, não é?

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Não é do Orçamento?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Graças ao apoio da bancada federal.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Perfeitamente. Agradeço, Presidente. Neste momento era o que eu tinha a perguntar ao Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Está com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Deputado Leodegar, todas as obras delegadas com a União, a BR-101, a 282, os túneis... Há mais alguma obra delegada?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não. Como delegação de rodovia federal, apenas a BR-282, que é essa que liga o litoral até o oeste de Santa Catarina, e a BR-470, que passa pelo Vale do Itajaí. São as duas únicas obras federais delegadas. Os túneis aqui, a Via Expressa Sul é uma obra estadual, com recurso... É conveniada, com recurso do PRO-INFRA. A BR-101, ela é exclusivamente federal, não há recurso, não há envolvimento do Governo Federal no gerenciamento da obra.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Aí se tem delegação também de aeroportos?



O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não. Aeroportos, eles são... Nós temos três aeroportos que são administrados diretamente pela INFRAERO, o de Florianópolis, Navegantes e Joinville, que não têm envolvimento com o Governo do Estado, e temos os chamados aeroportos regionais ou municipais, cujos investimentos que vêm do DAC, Departamento de Aviação Civil, são gerenciados, são... Nesses aeroportos, quando aeroportos públicos, os municipais ou os regionais, esses recursos são gerenciados pela Secretaria de Transporte e Obras, através de um convênio da Secretaria de Transporte e Obras com o Departamento de Aviação Civil.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E o Porto de São Francisco do Sul?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – O Porto de São Francisco do Sul é uma autarquia vinculada diretamente ao Governo de Santa Catarina, à Secretaria de Transporte e Obras, e tem reiteradamente recebido também recursos federais para investimento. O Porto é uma concessão ao Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Ao Estado?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Ao Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Uma delegação. Todos os recursos, todas essas obras, a 470, a 282, os aeroportos e também a Via Expressa, e também o Porto de São Francisco do Sul, vêm recebendo recursos da União.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Periodicamente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Nenhum deles tem alguma ligação, alguma denúncia no Ministério Público, sobre problema do faturamento ou sobre problema da obra?



O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não. Desconheço qualquer...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Nenhuma?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Nada. Não tem.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Existe alguma delegação, junto com o Estado de Santa Catarina e o Ministério do Transporte, que foi licitada e não foi iniciada, e não veio recurso ainda?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Só temos o trecho da BR-282, que é entre São Miguel do Oeste e a divisa com a Argentina, mas isso é uma licitação recente; está aguardando apenas o empenhamento, por questões orçamentárias. Não há qualquer entrave. As informações que temos são de que estão aguardando essa providência do empenhamento para que a obra receba ordem de serviço para início dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E o Porto de Laguna?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Do Porto de Laguna eu participo pouco, porque o gerenciamento todo é feito diretamente pelo Ministério do Transporte. Temos uma preocupação muito forte, porque há realmente... as obras ali são muito lentas; têm-se paralisado, não é? Estão muito lentas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas existe uma paralisação das obras do Porto de Laguna?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Eu acredito que sim, porque as informações que temos recentemente são de que pouco evoluiu. Pouco evoluíram as obras do Porto. Nós não estamos acompanhando diretamente por não ser da nossa competência.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E a BR-101? O RIMA está totalmente completo para ser licitado o restante que está faltando?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – É, o questionamento da BR-101, trecho de Florianópolis até a divisa do Rio Grande do Sul, são oito lotes. Sete desses lotes estariam... deveriam estar sendo licitados nessa... proximamente, com recursos do BID, financiamento do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, e o Lote 1, que seria o ponto em torno de Florianópolis, seria executado com recursos advindos da concessão da rodovia no trecho norte. No trecho 2, que é justamente onde está havendo um problema sério de definição de traçado, em função de uma reserva indígena existente na localidade chamada Morro dos Cavalos, até o momento a obra não... a licitação não evoluiu muito, e ainda... mais problematicamente ainda, as tratativas com o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, não evoluíram, e estão paralisadas, com risco até de perdermos aí a possibilidade de imediato desse financiamento, segundo informações do próprio Ministério do Transporte, já que o prazo previsto é 30 de setembro. E, enquanto não tivermos a liberação desse Lote 2, não haverá a concretização dessa contratação e empréstimo do BID com o Ministério do Transporte, e conseqüentemente a obra não será licitada. Isso tudo tem trazido uma grande preocupação, um grande transtorno a toda Santa Catarina, principalmente ao sul do Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E na área de transporte urbano, a sua Secretaria tem algum convênio com o Ministério, com o Governo Federal?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Só essa obra da Via Expressa Sul, que é com recurso do PRO-INFRA.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Metrô?



O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não, não temos em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Via expressa de transporte urbano?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não, não temos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas já recebeu recursos?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Na área urbana? Não. Somente essa mesmo, a da Via Expressa Sul, que está em obra.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Para construção de terminais, integração?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Da antiga EBTU?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Também não. Não temos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria de agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Passo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Gostaria de cumprimentar o colega em exercício no Executivo. Eu vou tentar ser objetivo. Primeiro, eu gostaria de uma exposição mais detalhada, se for possível, por parte de V.Exa., sobre essa Via Expressa Sul: o objetivo principal da obra, o custo, e como é que foi essa relação com o Executivo Federal. O repasse de recursos vem acontecendo naturalmente? E há perspectiva de conclusão da obra? Porque tenho o sentimento de que ela precisaria ser acelerada, já deveria estar mais adiantada. Aí é uma impressão difícil, distante, para a gente realmente de fora.



O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – É uma obra que ela foi projetada há cerca de vinte anos, e o projeto inclusive teve que sofrer reformulações recentemente. Ela foi licitada em final de 94, quando ainda era Governador o hoje Deputado Antônio Carlos Konder Reis, e, obedecendo àquele projeto, iniciou no Governo anterior, em 95, e paralisou em 97. A licitação, como eu falei, ela tinha uma previsão orçamentária de em torno de 50 milhões, e a firma vencedora venceu essa licitação num valor em torno de 30 milhões de reais. Recebemos a obra paralisada, retomamos os serviços e, com a autorização do Tribunal de Contas... orientação e autorização do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, tivemos vários aditamentos a esse contrato, e a obra, hoje, como foi dito pelo nosso Diretor do DER, está em torno de 65 milhões de reais. Ela está com 70% dessa primeira etapa já concluída, terraplanagem pronta, tele-hidráulico pronto, os túneis praticamente prontos. Falta concluir apenas a pavimentação dos dois túneis e o equipamento dos túneis; o acesso aos túneis aqui na... no lado da cidade estão praticamente concluídos. Falta ainda a macrodrenagem, que são as várias espinhas de drenagem transversais da pista em direção ao sul da ilha, são onze canais, e esses canais são de elevadíssimo custo, porque esse aterro foi construído sobre um bolsão de lama, os chamado solos móveis, e esse aterro, ele praticamente flutua sobre esse bolsão de lama. E os canais são construídos de uma forma tal que não rompa essa estrutura de aterro, porque se houver um rompimento poderá ter um movimento até de rotação desses canais. Eles estão praticamente flutuando sobre esse material de solos móveis. E esses canais estão em pleno ritmo de adiantamento, graças à autorização do Tribunal de Contas para que esses serviços fossem executados; foram retomados esses serviços de macrodrenagem em fevereiro deste ano.



Temos... No contrato dessa primeira etapa, está prevista a sua conclusão para fevereiro do próximo ano. Acredito que estaremos concluindo essa primeira etapa, ou parte dela, nesse período, conforme o contrato. E já estamos nas tratativas para a licitação de uma segunda etapa, que são dois elevados, onde tem aquela ponte em arco que vai em direção ao aeroporto, no chamado Rio Tavares, que seria a continuação e a concordância com a atual via de acesso ao Aeroporto Hercílio Luz. Deveremos, nos próximos dias, liberar o edital de licitação dessa segunda etapa, que seria a construção desses elevados, e também o acesso ao sul da ilha pela comunidade de Rio Tavares. Essas obras estão sendo executadas com recursos do PRO-INFRA e do Governo do Estado. Do PRO-INFRA nós estamos... o Estado de Santa Catarina está recebendo desde 97 os recursos federais, religiosamente vindos. Somente no ano de 98 não vieram recursos federais, porque a obra estava paralisada, e com a paralisação não houve... apesar de ter tido até uma emenda ao Orçamento da União, não houve o aproveitamento desses recursos. Os recursos de 97, conseguimos concluir a sua aplicação aí durante o ano de 99. Os recursos de 98 todos também foram aplicados; 2000, 2001... Agora justamente estamos fazendo a solicitação para a liberação dos recursos referentes ao Orçamento de 2001. E certamente vamos buscar também para 2002 recursos da União para continuidade principalmente dessa nova etapa que será a construção dos elevados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, eu gostaria só de um aparte, para fazer um adendo a essa sua...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, só um momento, porque eu vou... eu vou conceder. Só para manter o raciocínio. Deputado, eu gostaria que... Se V.Exa. pudesse precisar os custos e perspectivas de custos finais... Eu só estou



falando porque eu tomei um táxi, e o taxista... Eu falei: "Olhe, é a primeira vez que eu venho aqui, você me conte um pouco a história". Aí ele foi me contando a história da cidade. Então, V.Exa. está dizendo o seguinte: a obra foi inicialmente prevista em aproximadamente 50 milhões, orçada em 34, depois tiveram os aditivos, 65. E ele me contou, e tal, dos... dos onze canais, e ele estava assim... "Isso aqui é um absurdo, cento e tantos milhões para os tais dos canais!" Então, eu gostaria de saber exatamente o custo do aditivo para a construção dos canais sobre esses solos móveis, a perspectiva do custo das duas licitações que ainda serão feitas, realizadas, para ter uma visão do custo total dessa obra.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Desses onze canais?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Então, o que eu gostaria é o seguinte... o que eu gostaria de ter noção é o seguinte: o que foi idealizado, o tanto, o que foi agregado nessa etapa, o que será agregado na etapa futura. Nós vamos chegar no final dessa obra com que custo, 200 milhões, 220, 50? Eu precisaria dessa informação. Por isso, o senhor desculpe, porque eu... não é?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – O cidadão da rua, o taxista, que... É uma boa impressão que a gente tem da cidade, quando a gente conversa com o taxista, e ele está com esta impressão: que a obra é importante, fundamental, mas que aqueles canais estão tendo um custo superelevado. Então, eu gostaria de, se V.Exa. pudesse precisar...

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – No início... De projeto, eles estavam previstos em torno de três milhões e meio de reais. Eles sofreram o aditamento principalmente pelo redimensionamento dos canais. Os canais que



estavam previstos... Como eu disse, o projeto original dessa obra, ele tem vinte anos. Em 95 aconteceu uma enxurrada em Florianópolis, que destruiu grande parte aí das nossas encostas e tal, e demonstrou que a drenagem de Florianópolis precisaria toda ser revista. Natal de 95. E o Aterro da Baía Sul foi um exemplo típico onde aquela enxurrada provocou um reestudo, um redimensionamento desses canais que, de projeto, estavam totalmente subdimensionados. Então, essa... esse redimensionamento desses canais implicou um aumento de três milhões e meio para onze milhões e meio.

(Intervenção inaudível.)

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – É, com todas as...

(Intervenção inaudível.)

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – É. Então, houve uma....

(Intervenção inaudível.)

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Seis milhões. De três milhões e meio para seis milhões, os canais. É isso? Esse foi o aumento dessa macrodrenagem. Depois há mais outros serviços que foram adicionados e se chegou a onze milhões e meio, com as travessias e mudanças de projeto, porque, como o projeto era muito antigo, de vinte anos, muita coisa mudou, não só a realidade aí da bacia hidrográfica da região, mas também há uma série de alterações que ocorreram; a própria sondagem **in loco**, que tinha um perfil original de projeto, depois mudou. Então, esse redimensionamento de projeto alterou vários itens, inclusive esse da macrodrenagem, que passou de três milhões e meio para seis milhões.



O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Poderia fazer uma previsão de custo final? Com os elevados?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Bom... Porque são várias etapas, a obra. Na verdade teremos três etapas. Essa etapa, que foi a contratada por esse valor, hoje está em 65 milhões. Vamos concluí-la por quanto? A primeira etapa.

(Intervenção inaudível.)

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Primeira etapa.

(Intervenção inaudível.)

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Mas daí toda a obra até o aeroporto, não a primeira etapa. A primeira etapa nós vamos concluí-la por quanto, 80 milhões?

(Intervenção inaudível.)

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Em torno de 80 milhões. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Então, para gravar, eu queria que o senhor dissesse aí o restante do que o seu Diretor falou, por favor. Só para efeito de gravação, por favor. É mais ou menos um total de...?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Oitenta milhões. Em torno de 80 milhões a conclusão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Ele falou em 150.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não, não. Cento e cinquenta milhões... É que são três etapas. Tem a primeira etapa das obras, que são justamente essas que estão contratadas. Nós vamos licitar uma segunda etapa, que



são os elevados; aí, sim, chegaria a 150 milhões. E há mais uma terceira etapa, que seria uma pequena obra complementar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Dentro dessa mesma pergunta, só para fazer um adendo, para até esclarecer, essa obra... esses 50 milhões que foram orçados foram para a primeira etapa?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Primeira etapa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Na época da licitação?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Certo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Ele... Foi orçado em 50 milhões. A empresa vencedora venceu com o preço de...

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Trinta milhões.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – ...aproximadamente 30 milhões, correto?

A minha pergunta é a seguinte: a empresa que está construindo ainda é a mesma...

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – A mesma.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – ...que orçou em 30 milhões?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – A mesma. A mesma empresa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – E hoje já vai em torno de 65 milhões, aproximadamente orçado, até o final, em 80 milhões.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – É, considerando as correções, não é?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – De quatro anos.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – E mais o aditamento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Hoje nós poderemos, assim, considerar em mais de 100%.



O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Sim, somando a correção...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Somando aí a correção de quatro anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Continua o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Vou fazer uma brincadeira aqui, não é? Mas ganhou 30 e levou 150? (*Risos.*) Uma brincadeira séria, não é? Eu queria, primeiro, fazer mais uma pergunta. Dos recursos federais que vêm sendo orçados anualmente no Congresso, qual o percentual aproximado que o Governo do Estado consegue liberar para as rodovias que estão sob a gestão do senhor?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Normalmente o Governo Federal entra com 70, 80%.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – E vem sendo liberado isso?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Isso vem sendo liberado sistematicamente. Por parte da Secretaria, dependendo do convênio, é 20 ou 30%.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Todos os recursos... Foi citado que há vários trechos sendo licitados para a 282 até a divisa. Todos esses recursos hoje contam com dotação orçamentária federal?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Contam. Todos contam, tanto para a restauração quanto para a pavimentação.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Então nós poderíamos, no nosso relatório... Estou aqui com os dados. As pesquisas indicam que o Brasil tem muitas estradas e muita falta de recurso. Inclusive o Custo Brasil e o índice de acidentes estão muito em função dessa qualidade de estradas. No caso aqui do nosso



relatório, nós podemos dizer que isso não é uma realidade em Santa Catarina, e que aqui as estradas estão em perfeito estado...

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Com exceção das...

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não dá para afirmar isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – É, porque eu entendi...

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Porque nós temos aqui a BR-101, que é esse trecho sul, que, além da complicação urgente, ela hoje está em estado ruim, precário, de manutenção, e temos a BR-116, que cruza Santa Catarina, na região do planalto catarinense; vai de Curitiba a Porto Alegre, passando pelo planalto; é uma rodovia também que foi, parte dela, restaurada, mas tem muita coisa ainda a se restaurar. E das rodovias que nós temos, federais, essas duas são as de maior volume de tráfego e que mais urgentemente precisam de restauração. Tem também a BR-280; ela liga o Porto de São Francisco do Sul, passando por Jaraguá do Sul. É uma rodovia de penetração no Estado de Santa Catarina, indo até Canoinhas, no planalto norte catarinense. Também é outra rodovia que está necessitando urgentemente de duplicação, somente no trecho de Jaraguá do Sul até São Francisco, e precisa de manutenção em toda a sua extensão. Está bastante precária. Nós estivemos com o Governador, anteontem, lá na região que marca Canoinhas, e estamos até auxiliando o próprio DNER para dar um serviço tapa-buracos, porque a situação é crítica. Então, nós temos ainda muitos problemas sérios de manutenção das nossas rodovias, o que tem provocado... Infelizmente, o nosso Estado é o segundo em números negativos, em acidentes com vítimas fatais no Brasil. Os índices são extremamente negativos para o nosso Estado. E há o



trabalho que temos feito de recuperação de estradas, pelo menos nas nossas rodovias estaduais, os 3.500 quilômetros já pavimentados, e nós estamos restaurando, já restauramos uma parte e estamos contraindo agora um empréstimo no BID de 300 milhões de dólares para construção e também para restauração. Em torno de... mais 800 quilômetros de rodovia serão restaurados, desses 3.500 já pavimentados. Sinalizamos todas as nossas rodovias, independente até do seu estado de conservação, da necessidade urgente ou não de restauração de pista. Nós temos toda a sinalização horizontal, sinalização vertical, com placas. Colocamos aqueles tachões de olho de gato, porque aquilo é fundamental para a segurança. Então, temos procurado dar todo esse apoio às nossas rodovias para tentar auxiliar o usuário, e também com um policiamento muito rígido nas nossas rodovias, porque... aplicando aí o radar, que é antipático mas necessário, para coibir a velocidade, a imprudência, para reduzir esses números negativos das nossas estradas.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Quando se faz aditivo numa obra estadual, como essa e como qualquer outra, em que o tamanho do aporte é significativo, é prática do Governo do Estado aqui fazer consulta ao Ministério Público ou apenas às orientações do Tribunal de Contas?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Normalmente nós seguimos a determinação legal, que é o percentual previsto em lei, mas em casos excepcionais, como esse da Via Expressa Sul, a consulta que fizemos ao Ministério Público foi verbal, não foi formal, pedindo a orientação, porque se tivéssemos que romper aquele contrato certamente nós geraríamos uma pendência jurídica, impossibilitando a continuidade da obra, e isso atrasaria muito a obra. Perderíamos possíveis



recursos que já estavam mapeados para o Estado, e principalmente a comunidade estaria prejudicada com o retardamento de uma obra. Então, a orientação que foi dada é a de que o caminho melhor seria uma consulta formal ao Tribunal de Contas. Isso foi feito. O Tribunal de Contas discutiu com muita profundidade. Abastecemos o Tribunal com todas as informações necessárias, no aspecto técnico e jurídico, e finalmente foram aprovados todos esses aditamentos que permitiram a continuidade da obra.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Minha última pergunta. Eu senti que V.Exa. não quer comentar com mais profundidade a questão do Porto de Lagunas. Nós precisaríamos ter essa informação. Ele é subordinado aqui ao Ministério dos Transportes.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Ao Ministério dos Transportes e ao Porto de Santos. Ele é vinculado ao Porto de Santos. É que ele tem uma administração local.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – A obra é tocada por aqui?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Qual obra?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Lá, no caso nosso, nós temos a CODESA, a Companhia de Desenvolvimento lá Espírito Santo, a Companhia DOCAS. Aqui, como é que é? Porque nós gostaríamos de ouvir uma pessoa. Quem é que nós temos que convidar, no caso? Porque esse porto, tenho a impressão de que ele precisa de uma ajuda.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – É, ele está... Eu não estou adiantando um aprofundamento no assunto, porque realmente não as tenho. Agora, é importantíssimo; como eu disse, até na minha região eleitoral, é um porto que vai



ser importantíssimo para Laguna, que é uma cidade histórica, mas com sérios problemas sociais, e ele poderia ser transformado em um porto turístico e pesqueiro. É um porto, realmente, que pode trazer grandes benefícios para Laguna e região. Ele é vinculado diretamente ao Porto de Santos, e ele tem apenas uma diretoria, uma extensão da administração em Laguna, mas todo o trabalho que foi feito foi... essa licitação foi feita diretamente pelo Ministério dos Transportes, por isso eu não tenho informação mais precisa, mas tenho uma preocupação. Seria muito interessante e importante se eu as tivesse. Agora, infelizmente, não tenho maiores detalhes.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Para mim, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Queria agradecer a participação do Deputado Leodegar, Secretário...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, só uma última pergunta, dentro do último questionamento do nobre colega João Coser. Eu não sou um técnico, eu não compreendo perfeitamente, mas o que me faz pensar aqui? Se a empresa ganhou 30 milhões, e ela, no decorrer do tempo, não... ela paralisou as obras por não ter condições de concluí-la, não seria mais sensato, talvez — não sei se dentro do contrato poderia ser permitido —, o cancelamento do contrato com essa empresa, e ser convocada a que ficou em segundo lugar?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Veja bem, a empresa paralisou os trabalhos porque ela não recebeu. Ela tinha suporte; ela tocou a obra, digamos, dois meses, três meses, com recursos próprios, e, não recebendo... O Estado, à época, não pagou a empresa; como ela não recebeu, ela teve que paralisar a obra. Então, não seria... a solução não seria buscar a outra empresa, mas sim fazer com



que a empresa recebesse o recurso, e aí ela tocava a obra. Então, não foi... acho o grande erro, nesse contexto, e aí eu acho que a Comissão pode contribuir, e isso é um mal nacional — eu quero dizer isso com toda a propriedade, porque eu, além de tudo, sou engenheiro rodoviário, sou da área. É que as grandes empresas, para buscar realmente vencer os contratos, elas mergulham nos preços. Então, o preço de contrato previsto seria 50 milhões, que é o que teria de ter realmente entrado no processo de licitação. Ela mergulha no preço, joga lá embaixo, que é o caso que aconteceu aqui, e depois ela vai querer buscar esse recurso de alguma forma. E, se não houver um aditamento, realmente não executa a obra, porque ela está muito abaixo do que seria o valor orçado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – E aí é que vai a minha pergunta: já que nós estamos lidando com dinheiro público, dinheiro do povo, não seria mais interessante se cancelar esse contrato e convocar a empresa que ficou em segundo lugar?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Nós analisamos a seguinte hipótese: anular o contrato e reliciar a obra. E a orientação jurídica foi a seguinte: que, se houvesse a anulação do contrato, a empresa entraria na Justiça, e isso no mínimo geraria uma pendência jurídica, e seriam mais dois ou três anos. E a relicitação provocaria... o valor do contrato iria lá em cima, porque as empresas iriam atualizar os preços. Então isso... Para os cofres públicos não haveria ganho, porque o custo final seria o mesmo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Mas em princípio foi sugerido que fosse cancelado o contrato?



O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Chegou-se a ventilar isso. Chegou-se a ventilar, mas foi mais prudente... Pela orientação jurídica, o mais prudente foi no sentido de que se mantivesse o contrato, buscando os aditamentos dentro dos valores comerciais em todos os...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – O Deputado Norberto Teixeira quer fazer ainda uma pergunta.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Deputado e Secretário, a BR-280, ela é delegada ao Estado?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não, essa é totalmente federal. Ela já foi delegada ao Governo de Santa Catarina, mas hoje ela é...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas ela recebeu, no ano passado, recurso do Estado, da União?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Em 90... Não, não. Ela está... A 280 é interessante. Ela foi delegada ao Governo de Santa Catarina, mas o Governo Federal nunca colocou dinheiro nessa estrada. O que foi executado de pavimentação, o mais recente, que é o trecho de Corupá a São Bento, foi executado com recursos do Estado de Santa Catarina. O Estado é que investiu, como também na BR-282. Em grande parte dela foi investido apenas recurso do Estado. Tanto é que hoje a contrapartida do Governo do Estado em relação a essas obras delegadas é esse... todo esse passivo que existe do que o Governo de Santa Catarina investiu nessas obras federais, e nunca houve a compensação do Governo Federal. Então, na BR-280 houve apenas o investimento de recursos estaduais, e como o processo de concessão, que estava previsto para ser implementado a partir de 98, não evoluiu, a estrada foi devolvida então ao Governo Federal.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas o Governo Federal vem repondo a contrapartida?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Na 282, sim. Na BR-280, não — até o momento em que ela ficou delegada ao Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E na Serra do Rio do Rastro, Havia investimento do Governo Federal?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não. A Serra do Rio do Rastro é uma rodovia estadual, e foram investidos ali recursos apenas do Governo do Estado com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A pavimentação ocorreu... a pavimentação de concreto foi na década de 80. Foi inaugurada em 85, 86, mas somente com recurso estadual. Não há recurso federal no Rio do Rastro.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas se está fazendo investimento esse ano com o BID ainda, com o aval do Governo Federal?

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não, não. Agora... Este ano apenas nós estamos com um processo de licitação da iluminação da Serra do Rio do Rastro, com recurso da ordem de 1 milhão de reais, parte dele com recurso do Ministério do Esporte e Turismo — somente a iluminação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Secretário, há pouco fiz uma indagação a V.Exa. e não me ficou muita clara a resposta, até para que a gente tenha uma informação o mais precisa possível. É quanto à data, mais ou menos, a data do termo aditivo e o valor do termo aditivo. V.Exa. me falou que hoje gira em torno de 65 milhões, mas qual foi o valor do termo aditivo, Secretário?



O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Ah, Deputado, eu confesso que não tenho aqui de pronto essa informação.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sua assessoria não pode...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Pode. O último aditamento que ocorreu foi na macrodrenagem, que foi no mês de fevereiro desse ano, com a decisão do Tribunal de Contas, com os valores que nós colocamos aqui de...

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – É que o que me chama a atenção, realmente, é o fato de que de 30 milhões de reais se aditiva, em termos atualizados, alguma coisa mais do que 100%, isso num contrato...

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Não, Deputado. Não aditivou 100%.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sim, se é de 30 para... Por isso eu perguntei a V.Exa., no sentido de ser estabelecido o valor do termo aditivo daquele contrato, certo, Deputado? Eu devolvo ao Secretário; é claro que compete a...

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Permita ao engenheiro Edgar nos auxiliar.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Só queria... o senhor vai dar uma explicação maior; é só para o senhor falar ao microfone, para efeito de gravação.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Edgar é o nosso Diretor do DER; inclusive ele está previsto para...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Ah, é? Então deixe para...



O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Ele vai... Ele poderá acrescentar...

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – A gente pode realmente refazer essa indagação num próximo momento, Diretor.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Eu só gostaria de acrescentar, Deputado João Matos, que houve aditivos já desde o Governo anterior nessa obra, houve a correção, e com o aditamento chegou-se a esse valor.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Certo, certo. Assim, foram vários termos aditivos. Mas de qualquer forma, vou solicitar, Presidente, Deputado Damião, que nas informações que nos remeterá ou os remeterão tanto o Secretário dos Transportes e de Obras do Estado quanto o Diretor do DER estadual de Santa Catarina sejam então incluídas essas informações em termos de datas e de valores dos diversos termos aditivos dessa obra, certo? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Só para efeito de gravação, o Deputado João Matos pediu para incluir nas informações mais essas... as obras...

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – As datas dos diversos termos aditivos e os valores desses termos aditivos, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer ao Deputado Secretário e entregar na sua mão uma solicitação que a nossa Comissão está fazendo, para que o senhor possa responder a uns questionários que nós estamos fazendo num prazo de 15 dias, para que nos desse informações, à nossa CPI.

O SR. LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI – Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Obrigado, nobre colega. Agradecemos aqui as suas informações. Eu queria convidar o Dr. Antenor Chenato Ribeiro, Secretário de Segurança Pública, para fazer parte da Mesa (*pausa*), cumprimentando e ao mesmo tempo passando a palavra ao nobre Secretário. O senhor tem 10 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. ANTENOR CHENATO RIBEIRO – Sr. Presidente, senhores membros da CPI, nós estamos aqui, e nós não sabemos exatamente a finalidade da nossa convocação, nosso convite; até buscamos... procurei informação com a assessoria da CPI, uma vez que a nossa Secretaria não tem nenhuma obra que tenha financiamento com recursos federais. Então, nós ficamos... mas disseram que era para virmos, porque nós seríamos ouvidos da mesma forma. Nós temos alguns recursos agora junto ao Ministério da Justiça, dentro do Fundo Nacional de Segurança Pública, mas apenas para equipamentos. Para obras não temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Diria ao nobre Secretário que nós mandamos uma comunicação, acho que talvez seja a... o motivo exatamente da sua presença, em função do que continha no texto, em relação às obras inacabadas e também à má utilização dos imóveis da União. O senhor teria que prestar informações... Solicitamos... Espere aí. Foi mais a título realmente de convite.

O SR. ANTENOR CHENATO RIBEIRO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Para que o senhor prestasse declarações a respeito de obras inacabadas na sua... no seu setor, na sua área, e também informações a respeito de má utilização de imóveis da União. Foi essa a informação que o senhor recebeu, não?



O SR. ANTENOR CHINATO RIBEIRO – É, exatamente. Foi dentro dessa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Então, as opções se restringiam às informações, e só a isso mesmo.

O SR. ANTENOR CHINATO RIBEIRO – É, nós não temos... Na área da Pasta da Secretaria de Estado de Segurança Pública, nós não temos conhecimento de má utilização de bens de patrimônio da União. Não temos nenhuma obra financiada com recurso da União. Nós temos uma que nos angustia muito, que é a do... ouvi falarem há pouco, que é a do Complexo Penitenciário São Pedro de Alcântara, que interessa para a segurança pública, porque é para lá que vai o resultado — não é? — do trabalho de segurança pública, mas é vinculado à Pasta da Justiça e Cidadania. É outra Secretaria. Outras... outros bens da União... Nós, na condição de membro do Ministério Público, trabalhamos há algum tempo atrás em processos referentes à construção da ponte aqui, que liga a ilha à Santa Catarina, que era com recursos federais, e há uma série de pendências judiciais sobre essa... sobre a conclusão dessa obra, mas de que nós temos conhecimento é exatamente isso. Não temos informações maiores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria passar a palavra ao Deputado Anivaldo Vale, Relator da Comissão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu agradeço a presença do senhor nesta Comissão e me sinto satisfeito com a sua resposta, já que a parte da penitenciária está vinculada à Secretaria de Justiça e Cidadania, e agradeço uma vez mais a sua presença na Comissão.

O SR. ANTENOR CHINATO RIBEIRO – Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Então, eu queria agradecer ao nobre Secretário pela sua presença e seu depoimento, que vai ser, sem dúvida nenhuma, o depoimento mais recorde aqui na Comissão. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Só uma pergunta, só uma pergunta, Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – O Deputado João Coser quer fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Mas toda a área de segurança, toda a área dos presídios, o FUNPEN, os recursos do FUNPEN, está tudo vinculado a uma outra Secretaria?

O SR. ANTENOR CHINATO RIBEIRO – Exatamente, a Secretaria de Estado de Justiça e de Cidadania.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Então, de fato, desculpe, mas acho que V.Sa. foi convocado equivocadamente. Era outro Secretário que deveria estar aqui.

O SR. ANTENOR CHINATO RIBEIRO – De qualquer forma, foi uma satisfação estar com os senhores. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Está bem. Eu queria agradecer a sua presença e a colaboração em relação a essa questão da nossa Comissão. Muito obrigado.

O SR. ANTENOR CHINATO RIBEIRO – Muito obrigado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria convidar o Dr. Newton Fernandes Brüggemann, Gerente de Patrimônio. Eu queria conceder a palavra ao nobre Gerente de Patrimônio por dez minutos, para suas exposições.



O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGENANN – Sr. Presidente, demais integrantes desta Comissão, recebemos na quinta-feira, no final da tarde, este convite para aqui comparecer, e o estamos fazendo agora com a máxima satisfação, no cumprimento do nosso dever funcional, mas sem contudo alegar aqui as razões, os fundamentos ou as indagações do nosso comparecimento, razão pela qual eu deixo de usar os dez minutos iniciais, e, por certo, como V.Exas. deveriam preparar algumas indagações, eu ficaria de responder, depois, por escrito, as indagações que V.Exas. gostariam de... deveriam – não é? – formulá-las. No entanto, quero prestar qualquer esclarecimento, o tempo que for necessário, a partir deste momento. Estamos à inteira disposição desta Comissão para qualquer esclarecimento naquilo que for possível prestar, sabendo já com a antecedência devida, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Queria passar a palavra ao Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, nobres colegas, Dr. Newton Fernandes, primeiro eu gostaria de saber do senhor se existe algum bem imóvel de que está sendo feito mau uso aqui em Santa Catarina.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Se está sendo feito mau uso... Eu gostaria de lhe informar que o patrimônio da União, além daqueles bens elencados ali na Constituição, o que a gerência gerencia diretamente, sob a sua jurisdição diretamente, são os chamados próprios nacionais. Esses, sob a nossa responsabilidade, não estão sendo feito mau uso nenhum. Assumimos inteira responsabilidade pela sua integridade e pelo bom uso daqueles que estão diretamente ligados a nós. Aqueles que estão diretamente ligados, jurisdicionados, melhor dizendo, a outros Ministérios, aí nós não podemos responder. Como, por



exemplo, o Ministério da Agricultura. Talvez é o Ministério civil, talvez, não, com certeza, diria, o Ministério civil com maior áreas em Santa Catarina, assim como em outras Estados brasileiros também. Como, por exemplo, os comandos militares hoje: eles têm completa autonomia para gerenciar totalmente, dispor totalmente — como venda, doação, cessão etc — dos seus próprios bens. Então nós não temos condições de responder por esses bens, e, sim, por aqueles bens que... Por exemplo, vamos fazer leilão dentro de poucos meses, dentro de 1, 2 meses; estamos já com a licitação quase pronta. São aproximadamente dez imóveis da União para fazermos leilão. Temos que ter o cuidado de, antes de colocar no edital de leilão esses imóveis, nos mais diversos Municípios do Estado, ver se alguém da União, alguma entidade da União, como, por exemplo, a Receita Federal, precisa desses imóveis para efeito de não pagar aluguel. Como, por exemplo...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – São dez imóveis?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Em torno de dez imóveis.

Eu diria assim: em torno de, em torno de. Há pouco tempo surgiu, por exemplo, uma garagem aqui na Rua Conselheiro Mafra, aqui no Centro. Então estamos administrando aquilo, pagando o condomínio devido dela e já vai entrar no leilão também porque não tem sentido a União ter uma garagem num prédio da Rua Conselheiro Mafra. Então tem essa distinção. Bom, depois, Sr. Deputado, tem os imóveis à beira-mar. Então, é evidente que existem imóveis que não são, não estão bem aproveitados. Existe o fenômeno da injustiça de um pagar a taxa e o seu vizinho não pagar, porque precisa fazer um recadastramento, um grande inventário de todos esses imóveis que são da União. Então, muito sucintamente, gostaria de...



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, até uma questão de bom senso. O nosso nobre Relator não se encontrava presente num momento como esse, e como é a minha primeira pergunta, eu gostaria que fosse dada a palavra ao nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – A Presidência acata a sua decisão e passa a palavra ao Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Agradeço a presença do senhor nesta Comissão, as informações que o senhor está nos trazendo. Mas eu queria lhe fazer algumas perguntas. A primeira: na sua área, tem alguma obra em execução?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Em execução, não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Não, nós...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Inacabada?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Não, nós não temos nenhuma obra em execução, até porque nós não temos recursos financeiros nem motivo dentro da competência do próprio órgão para efeito de execução de obras. Neste particular, somos subordinados ao Paraná, o que é um absurdo!

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Ao Paraná?!

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Ao Paraná. Na questão da gerência patrimonial, problema de diárias, problema de compra de automóveis etc e tudo, somos subordinados ao Paraná, o que nos causa um grande entrave de ordem burocrática.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Independentemente da área de atuação do senhor, o senhor tem conhecimento se existe alguma obra inacabada ou algum imóvel mal utilizado ou ocioso aqui no Estado de Santa Catarina?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – V.Exa. pergunta com relação ao patrimônio da União ou com relação às obras do...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Vamos por partes. Em relação a obras, o senhor tem conhecimento, independentemente do seu setor (na sua área não tem nada), mas em outras...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Em outras áreas federais?! Não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Que tenha uma obra inacabada...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Não, em outras áreas federais, não tenho conhecimento, nem tampouco de Estado e Município. Não tenho.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu... O senhor sabe, a gente acompanhou: há, sem dúvida, um esforço do Governo de desmobilizar esses ativos ociosos. Houve a Reforma da Previdência, e dentro da Reforma da Previdência que tramitou pelo Congresso Nacional criou algum mecanismo até de regularização desses imóveis, de procurar identificar o uso desses imóveis e desmobilizar aquilo que se considerava como um ativo ocioso. Aqui, por exemplo, imóveis rurais, imóveis urbanos: é do seu conhecimento, vamos dizer, a situação real que se encontram esses imóveis da União aqui no Estado de Santa Catarina?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Ah, nesse sentido específico, eu posso lhe informar.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Esses dois imóveis na região norte do Estado vão ser fruto de leilão, já vão ser inseridos no leilão. São glebas enormes nos Municípios de Mafra e Porto União, e que nós vamos fazer leilão. Eu não estou muito contente com o sucesso; estou temendo o sucesso do leilão desses imóveis.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – São rurais?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – São rurais, são rurais.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não haveria, dentro da própria lei, um entendimento do próprio INCRA, até para utilizar esses imóveis pra efeito de reforma agrária?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Estamos fazendo esse contato com o INCRA; já foi feito a nível de Brasília, mas não tivemos resposta ainda. Como não tivemos, a única solução que somos obrigados, compelidos a pautar será a colocação em leilão, a colocação em leilão. Por que que eu não estou muito ciente do sucesso? Porque já são imóveis devolvidos pelo próprio Exército nacional, áreas devolvidas pelo Exército. Então, há o pressuposto de que o Exército tem autonomia total para gerir esse imóvel. Se devolveu ao patrimônio da União é porque área nobre não deve ser.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – É, mas talvez fosse uma área... Não sei a localização dessa área, mas talvez fosse uma área que pudesse ser utilizada para assentamentos rurais, criar comunidades produtivas e ocupar, né?! Outra coisa que lhe pergunto: seria difícil para o senhor — a gente vê, realmente, que há uma dificuldade aqui em relação à ocupação desses imóveis, principalmente em relação



aos imóveis de Marinha —, seria difícil para o senhor encaminhar para nós, na Comissão, uma relação de todos esses imóveis de propriedade da União aqui no Estado de Santa Catarina?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Excelência, aí é que está o problema. Os imóveis da faixa dos 33 metros, é impossível... Os próprios nacionais interior, sim.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Até devo informar que, em 2 de maio do ano passado, começamos um trabalho, pela primeira vez desenvolvido no órgão, com ajuda de estagiários, pela falta de servidor público, e esse trabalho estará sendo concluído, com toda certeza absoluta, em dezembro corrente deste ano. Desse levantamento dos próprios nacionais do interior, fora da orla dos 33 metros. Esses é que nós não temos condições de dizer, até do bom ou mau aproveitamento em sua maioria; mas dos outros, evidentemente, sim. Agora, nós podemos informar, devemos informar a V.Exa, por exemplo, Município por Município quantos imóveis existem cadastrados. Até, se for o caso, quem os esteja ocupando. Os imóveis em que estamos fazendo cessão gratuita; os imóveis em que estamos fazendo cessão onerosa. O teleférico de Camboriú, estamos fazendo...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Seria extremamente importante para nós, seria extremamente importante, seria de grande utilidade para nós, mas eu queria que o senhor falasse mais um pouco das suas dificuldades, da própria dificuldade de governo em conhecer esse sistema de ocupação, que está aí na faixa dos 33 metros.



O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Excelência, há dificuldade de toda ordem. Primeira ordem: a questão da oportunidade de se colocar o problema. No dia 10 de março é editado o Decreto nº 7.273, se não me falha a memória, regulamentando a Lei nº 9.636. E aí causou um justificável reboliço, uma justificável apreensão por parte daqueles que são ocupantes das áreas de Marinha, os ocupantes das áreas de Marinha... Porque existe aquela situação de que o cidadão indaga: “Como? Agora, eu vou ter que comprar novamente?” E é difícil colocar para o cidadão comum, que tem ocupação do imóvel de Marinha, dos 33 metros, que ele não está comprando novamente porque quando ele “adquiriu” — entre aspas —, ele não adquiriu. Ele adquiriu de quem não era proprietário, porque o proprietário é a União. Mas como a União também não esteve presente durante esse tempo todo, constantemente, na faixa dos 33 metros, torna-se difícil agora colocar que ele não é o real proprietário, que ele é apenas o ocupante, e que a ocupação não lhe gera direito nenhum, nenhum, nenhum, apenas de continuar ocupando e pagando a sua respectiva taxa de ocupação. Diferente, por exemplo, da posse. A posse redunda, ela sendo continuada, ininterrupta e sem embargos de terceiros por mais de cinco anos, redunda no domínio ou na propriedade, que é a mesma coisa. Já a ocupação não redunda, não ocasiona a propriedade. Ela ocasiona, sim, a ocupação, o segundo passo, que é o contrato de aforamento. O que é o contrato de aforamento? É um contrato especial que existe, da União com o ocupante, em que este ocupante, tendo escritura pública (não pode ter contrato de compra e venda, não pode ter uma escritura) de posse tão-somente de uma, tendo uma escritura pública, ele é capaz de contrair esse contrato de aforamento. Esse contrato de, em outras palavras, é o contrato comum de compra e venda entre duas



peças ou uma entidade, uma pessoa jurídica e uma pessoa física, em que, neste caso especial... Por quê? Porque a União vende apenas 83% do chamado domínio útil e continua com 17%. Não vende, portanto, o domínio pleno, que seria uma compra entre eu e V.Exa. numa área; seria venda total de toda a propriedade e não apenas de 83% do domínio útil. Então tem essa característica, então, a questão da ocupação: não gera direitos. O cidadão pode estar lá pagando desde 1940 e não lhe geram nenhum direito, apenas a expectativa de poder contratar com a União, se a União desejar, se lhe for conveniente. Porque se a escritura for de 1940, a União tem feito contrato, tem contraído contrato de aforamento, porém de forma gratuita; não tem arrecadado nenhum... nenhuma taxa. E quem tem a ocupação, paga a taxa de ocupação, e quem tem o contrato de aforamento paga o foro que, diferente da taxa de ocupação, que é, de 98 pra cá, é 5%; anteriormente a 98 era 2% – o foro é 0,6%, paga bem menos. Porque... Aí, sim, comprou da União, contraiu o contrato e comprou. Nas transferências, tanto de ocupação quanto de aforamento, aí é 5% sobre o valor, não da escritura, não daquele que está na escritura do cidadão, o valor de venda, o valor que está na nossa planta de valores, área por área, que é o chamado *laudêmio*; 5% que é chamado *laudêmio*. Então essa é a questão dos 33 metros.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dr. Newton, eu queria aprofundar mais ainda, certo? Eu queria lhe perguntar se, porventura, nessas transações imobiliárias que estão sendo feitas nessas áreas de 33 metros, onde que as pessoas detêm a posse mas não detêm o domínio, o que, de alguma forma equivocada, mas dentro do entendimento de que a pessoa construiu pensando que a propriedade era dela e tal, não tinha o domínio da área, o domínio da Marinha, certo?! E ela passou



a ter a posse e, em cima dessa posse, ele edificou um imóvel e tal... Existe algum... alguma orientação da Secretaria de Patrimônio da União que objetiva exigir do cartório de registro de imóvel que, numa transação dessas, tem que submeter esse processo à Secretaria de Patrimônio da União?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Nesta situação, Deputado, melhorou, porque, de 98 pra... 97 pra cá, o requerente, ao pedir a transferência do patrimônio da União, ele recebe.. Ele, primeiro, tem que se dirigir ao Patrimônio da União pra, de lá, pegar a certidão de quitação do pagamento desse laudêmio, que é os 5%; aí é que o cartório pode fazer, elaborar, lavrar a escritura de transferência, a escritura de compra e venda. Então aí as obrigações com a União já estariam saldadas. Não haveria mais saldo, estariam saldadas, resolvido o problema do recolhimento com a União, o problema do recolhimento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Certo. Nessa há ainda uma outra pergunta...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Se V.Exa. me permitir... Porque, antes, era o seguinte: o cidadão ia no cartório e fazia sua escritura.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Depois, ele tinha 90 dias pra ir no Patrimônio da União e, lá, ao chegar, recebia a surpresa de que o imóvel estava há muitos anos sem pagar etc e tal. Como não existe prescrição por ser uma taxa especial, por ser uma taxa especial, porque não é prevista no Código Tributário Nacional pra prescrever em 5 anos (é uma taxa de lei ordinária, excluída, me parece, justamente já para que não houvesse a prescrição), recebia a surpresa, e aí



havia um impasse: posso pagar, não posso pagar, como é que eu pago?! Então houve essa melhora no aspecto da legalidade das situações, nesse aspecto.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu ainda vou lhe perguntar. Ainda é... Geralmente, não é só em Santa Catarina, mas ao longo dessa faixa. Às vezes, a gente encontra investimento produtivo que está gerando emprego; seja na exploração da pesca, seja na exploração de frigoríficos, alguma fábrica nesse... E que, de uma hora pra outra, ele não... não foi observada essa norma de ter que consultar e adquirir: ele detém simplesmente a posse. Até alguns financiamentos foram feitos. E recebendo esses imóveis em garantia e pelo fato de esses imóveis estarem edificadas em terras que não é da propriedade da empresa, ele, agora, ele está impedido de obter até financiamento para essas áreas. Então eu lhe pergunto se tem alguma iniciativa, seja do empresário, seja do Governo, até iniciativa do Governo mesmo, em procurar essas empresas para regularização dessa situação delas, até no campo do aforamento gratuito ou do aforamento, vamos dizer assim, pecuniário do processo, ajustando preço e dando a ele, por exemplo, a condição de ele ter também o domínio dessa área onde estão edificadas essas benfeitorias.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – O que existe é o seguinte. Existe a impossibilidade total de se cumprir o decreto. Por quê? Porque trinta servidores de uma gerência para fazer o recadastramento... O que é o recadastramento? É um inventário, é um levantamento das situações de Município por Município. Então existe, em princípio, como primeira observação, essa impossibilidade de chegar e fazer isso. O outro aspecto que eu gostaria, que eu devo responder a V.Exa., é o seguinte. V.Exa. argumentou, dizendo que, se estou certo, Excelência, que este imóvel teria sido dado em garantia e tal. Não, não pode



ser dado em garantia nenhum imóvel da União ocupado pelo cidadão que seja — perdoe-me a redundância — apenas ocupante, que esteja apenas ocupando. No contrato de aforamento, que é a compra do domínio útil de 83%, aí ele coloca o imóvel para ser hipotecado ou qualquer outras formas de garantia que o Código Civil prevê para efeito de financiamento, de troca etc. e tal. Por exemplo, Balneário de Camboriú, a nossa beira-mar aqui, que tem a linha demarcada de 33 metros. Então, o empresário chega, compra uma casa antiga daquela ou compra um terreno. O preço vai depender, vai depender se está aforada. Se estiver aforada é um preço, se não estiver aforada para ele não interessa praticamente, só se o preço for muito pequeno, para que ele possa aforar, comprar da União, saber se a União tem interesse em vender; geralmente tem, evidente. E afora para efeito de colocá-lo em garantia hipotecária. Porque senão ele... Como é que ele vai poder fazer um empreendimento? Muitas vezes ele não tem cacife para fazer o prédio que quer erguer e depende de financiamento de agentes financeiros. Então, o que eu queria responder precisamente a V.Exa. é o seguinte: que o imóvel ocupado ele não pode ser dado em garantia. Ele tem que passar pelo crivo do aforamento, pelo processo de aforamento. Aí, sim, os agentes financeiros aceitam esse imóvel aforado como garantia, como garantia. O mero ocupante não é dado como garantia.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – É, em parte. Eu queria lhe dizer que eu conheço casos concretos onde o imóvel foi dado em garantia, no antigo BNCC. A operação foi realizada e, posteriormente, a partir de, eu acho que, 1992, com o decreto ou a lei, não sei qual ele seguiu, ele perdeu; ele tinha que voltar a apurar ou não. Então, o que foi feito, que o Ministério fez agora recente? Reconheceu que a atividade... tinha mais de 70 anos. Com que eu estou preocupado é que exista,



nessa parte, imóveis que estão sendo ocupados por edificação e que estão sem o aforamento. E que... A outra preocupação é a seguinte: se todas as transações imobiliárias nessa área se estão passando pelo crivo da Secretaria. Ela inclusive autoriza a concessão da escritura, lavra a escritura. Se não for ouvido o Cartório, não pode passar a escritura. É esse...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Posso lhe responder, pela parte final? Todos eles não têm problema com nenhum cartório. Inclusive, no levantamento de cópia da União, eu me dirigi a todos os cartórios do Estado e todos, hoje, semana passada, de todos, 100%, houve a resposta, pois eu quero comparar os nossos dados com os registros imobiliários e regionais... Então, esse problema do cartório fazer escritura sem ter a nossa certidão de quitação do débito, seja apenas o laudêmio, seja do foro ou da taxa de ocupação, esse problema conosco não existe em Santa Catarina. Não existe, esse problema não existe. Essa é a segunda parte da sua indagação. A primeira parte da indagação de V.Exa. diz respeito à possibilidade de ter uma edificação sobre uma área meramente ocupada. Aí tem, não tem dúvida que existe. Mas não é ilegal. Desde que esteja de conformidade com o plano do Município, não é ilegal. Só que é uma mera ocupação. Não vai mais poder sair dali, evidentemente, porque é um imóvel, é uma casa onde cidadão, muitas vezes, tem apenas aquela, aquela propriedade; não é uma mera casa de praia. Tem uma... Não vai... Tudo bem, mas não pode ser dado em garantia. Isso que eu quero repetir mais uma vez.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Já que existe essa preocupação da Secretaria e esse excelente relacionamento com os cartórios de registro de imóveis, mesmo reconhecendo que a Secretaria disponha aí de quadro de pessoal pequeno,



que o senhor disse, de cerca de trinta funcionários, mas não teria a Secretaria um relatório que pudesse fornecer a esta CPI, acerca desses imóveis que estão sendo acompanhados e ajustados dentro das normas e aqueles que porventura estejam fora desses parâmetros, de que ela tenha conhecimento, de maior expressividade, não o geral, e encaminhar para nós?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – É possível.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Então, muito obrigado.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Com riquezas de detalhes da ocupação, do aforamento, cessão onerosa, cessão gratuita, aluguéis. Tudo... Nós temos condições de dar tudo que acontece.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – A preocupação, Dr. Newton, da CPI é o seguinte: há um reclamo da sociedade de que o Governo, o Estado detém a propriedade de vários imóveis que estão sendo subutilizados, mal utilizados. E a gente entende que aquilo que pode ser feito pela unidade federada, o Estado, não dever ser feito pela União, que deve ser... Pode ser feito pelo Município, não deve ser feito pelo Estado; e o que pode ser pela iniciativa privada não deve ser feito por nenhum dos três. Então, o Governo tem, até em resposta a esse processo de reforma da Previdência, que tem um punhado de imóveis, mais significativo, ele teria que, sobretudo, colocar, imobilizar isso, tirar do arquivo dele. Eu agradeço aí as suas saudações e me dou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Acho que o nosso Relator conseguiu tirar praticamente todas as minhas dúvidas. Eu só queria acrescentar que o senhor falava que precisava fazer um grande recadastramento. Até a título de sugestão



para o nosso Relator, quando ele concluir o seu relatório no final da nossa CPI, que constasse isso nos seu relatório. E agora eu não sei se poderia ser legal, se seria o caminho mais correto, mas talvez não seria interessante até para a própria União, para aumentar as suas receitas, se contratar uma empresa para fazer um recadastramento como esse, se sairia menos oneroso para os cofres públicos...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Perfeito, Deputado. Nesse decreto, de 10 de janeiro deste ano, é previsto ali convênio com a Caixa Econômica Federal. O parecer de avaliação de imóveis... Já estamos inclusive utilizando a Caixa Econômica para esse efeito. Para essa outra parte, a Caixa Econômica não tem o instrumental necessário. Teria que ter ou diretamente pelo Patrimônio da União... Mas carece de servidores. Então, teria que imaginar outra forma de recadastramento. Estamos imaginando, como convênios com escola técnica também. Mas, é muito limitado convênio com entidades educacionais, porque o estágio do estudante, por exemplo, é no máximo quatro horas. Nas outras quatro horas ele tem que estudar, nas outras quatro ele tem que descansar e colocar a sua matéria em dia. Então, torna-se bastante problemático. Agora, o que me preocupa muito é que tem que ser uma programação, por exemplo, onde atenda ao princípio constitucional da igualdade, não é? Nós não podemos chegar e pinçar um determinado Município e dizer que agora vamos fazer isso. Nós até podemos, vamos fazer esse de preferência. Mas, sabendo responder, quando será feito no outro... Porque, senão, cria-se um critério personalista, um critério injusto e que não responde a uma maior indagação do princípio da igualdade.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Me tire uma outra dúvida: o senhor também é responsável sobre as questões de ilhas? Também fica nesse departamento do senhor?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Ilhas também, ilhas também.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Existem muitas ilhas que são arrendadas para pessoas particulares, empresas aqui em Santa Catarina?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Existem. Eu não... Eu tenho esses dados à mão. Infelizmente não trouxe o número de ilhas. Eu gostaria de precisar o número: é um número aproximadamente de umas oitenta ilhas ao todo, oitenta ilhas ao todo. Mas nós não temos o instrumental da presença física de averiguação nessas ilhas. Não temos, porque não temos embarcação. Temos trinta servidores... Não temos. Mas arrendamento para empresa, isso aí não existe, não. Porque são ilhas. O que existe são ilhas pequenas na sua grande maioria. As maiores nós temos controle bem aqui, inclusive aqui próximo, próximo à ilha de Santa Catarina – ilhas que estão sob a proteção do IPHAN, onde tem empresários que têm escritura pública de parte da ilha. E existe agora uma situação especial, de três meses atrás, com a portaria interministerial do Ministro da Fazenda e Ministro da Agricultura para gerenciarem o problema da aqüicultura, que é todo empreendimento sobre a água, sobre o mar. Então, é uma... Me surpreendi com o encontro nacional que teve aqui; veio aqüicultores da Argentina, do Uruguai... Não podia imaginar que estaria tão desenvolvida essa parte comercial. Mas, então, objetivamente, sabemos que temos esses dados de ilha; só não temos a presença física nas ilhas.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Pois não.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Infelizmente, não temos.

Mas na ilha de Santa Catarina...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Para não nos alongarmos mais nesse assunto, Sr. Presidente, eu gostaria, então, de solicitar ao senhor que nos encaminhasse, para esta Comissão, um relatório da quantidade de ilhas, e, se possível também, os valores, os arrendados dessas ilhas, para, depois, a gente ter, fazer uma análise a esse respeito e, conseqüentemente, nós, posteriormente, darmos um parecer. Era isso, Sr. Presidente, para não nos alongar, que eu teria a indagar nesta tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Eu acompanhei atentamente, aliás, o nosso Relator exauriu, através de detalhado questionamento, qualquer dúvida que pudéssemos ter. O Dr. Newton colocou com muita propriedade informações a respeito da situação dos imóveis vinculados com o seu órgão, um órgão que gerencia aqui no Estado. Estou satisfeito mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Norberto.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor sobre esses imóveis da União, sem ser os dos 33 metros. Quantos são?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Em torno de seiscentos e oitenta e nove. Por que em torno?! Por que não é preciso?! Porque estamos acabando, neste ano, em dezembro deste ano, todo o levantamento desses imóveis. Estamos cotejando com os dados dos cartórios e aqueles que já tínhamos nos



nossos computadores. Estamos fazendo, isso sim, estamos fazendo vistoria no local de todos eles.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eles estão ocupados?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Vistoria, armando processos... Os que não estão ocupando e colocando valor, não de mercado, mas um valor que... Existe instrução normativa dizendo que tem que colocar o valor aproximado, não o valor de mercado. E estão ocupados, estão ocupados.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Ocupados pela União, Prefeitura ou particular?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Não, Prefeitura, União, o Governo do Estado e Município... União, Governo do Estado e do Município.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tem alguns imóveis desses ocupados pelo particular?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Não, pelo particular não tem.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Ou invadido...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Invadido, existe. Laguna, por exemplo (nós fizemos em junho do ano passado, vamos voltar a fazer), tem um imóvel lá que pipoca em diversos pontos dele, de uma área de aproximadamente três mil metros quadrados, diversas invasões. Existem ações tramitando há anos, há anos e há anos. Em Laguna, em uma área nobre de Laguna. Até estamos oferecendo já, há bastante tempo, para a Receita se instalar numa extensão desse imóvel para ver que existem, que eles estão pagando aluguel em Laguna, por exemplo. É um exemplo que eu tenho de invasão...



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O senhor me falou que tem quase em torno de setenta ilhas. Dessas ilhas o senhor sabe quantas são ocupadas por terceiros, por particulares?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Não, eu preciso ver os dados que nós temos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas existe?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Existe. Existe. Existe. Na baía do Babitonga...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Empresários ocupando...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Ocupado por terceiros. Ah, existe, existe! A baía do Babitonga é maior incidência de ocupação de lazer, aqui em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Na parte norte do Estado?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Entre São Francisco e Joinville.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E na faixa de 33, existe alguém que paga e tem outros que não pagam taxa de ocupação...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Daí o critério da...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Por que esses que não pagam?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Porque o Patrimônio não esteve condições de estar presente lá para fazer justiça. Muitas vezes até... Como é que eu pago?! E o meu vizinho não paga?! Isso existe. Isso existe.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas está em fase de projeto de cobrança?!



O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Não, aí é que tem que ter o cadastramento. Tem que ir e cadastrar, medir a sua área, ver da legalidade de lhe conferir a certidão de ocupação, para cobrar a devida taxa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então, a União tá perdendo dinheiro com esse...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Sim, evidente!

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E beneficiando algumas pessoas, as de poder aquisitivo melhor.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Sim. Evidente que está. Isso aí não se tem a menor dúvida disso. Isso já não é de hoje. Eu não estou dizendo nenhuma novidade aqui; já é assunto de muitos anos, muitos anos mesmo. Já é assunto de muitos anos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – No começo o senhor informou que existe muito terreno do Ministério da Agricultura aqui, não é isso?!

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Existe...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – De outros Ministérios.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – De Ministérios?! Sim. O Ministério da Fazenda tem aqui no centro da cidade, abrigando a sua sede. Todos... Os da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, do Ministério da Agricultura. E eu afirmei há pouco que é o que tem as maiores áreas. Inclusive aqui no Município de São José. Uma grande área no Município de São José, no centro da cidade.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Esse terreno... Os senhores não estão mantendo ele?



O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Não, não é... Esse terreno nós não temos ingerência nele. O máximo que eu vou fazer, cumprir com a minha obrigação, é responder para a Receita Federal, que me perguntou se em São José tem uma área... O Delegado vai acabar ficando aborrecido comigo, mas paciência! Eu acho que aquela área está mal aproveitada. É o máximo que vou querer dizer.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O senhor não tem um órgão só para tomar conta de todos os terrenos da União, de todos os Ministérios?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Não, aquilo que está jurisdicionado já está... é competência... A gerência do patrimônio da União não é responsável pelo patrimônio que está diretamente jurisdicionado ao Ministério da Agricultura, através da sua Delegacia. Não é, não tem nenhuma competência sobre os imóveis dos conjuntos militares; só aqueles que estão diretamente conosco. E quais são aqueles que estão diretamente conosco? Em torno de, mais ou menos, hoje, quinze imóveis, aproximadamente. E esses que nos devolvem, esses que eu disse, lá na área norte do Estado, em dois Municípios do Estado.... Serão quinze. Parte-se do pressuposto que pode ter invasão, pode até...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar, mas gostaria de deixar um alerta. Nos da Comissão precisamos nos preocupar com isso em todo os Ministérios; que possa ter um órgão para fiscalizar todas áreas e todos os Ministérios, separado daqui, separado das empresas. Mas o Ministério tendo um patrimônio só. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Perfeito, Deputado Norberto! É, Seu Nilton, eu sou de Vitória, no Espírito Santo, é uma realidade...



O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Uma colônia muito presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – É, então eu vou fazer uma pergunta. Um cidadão comum, ele não tem nenhuma cobrança da União. Muitos pagam, ele não paga. Ele tem alguma obrigação de tomar a iniciativa de procurar o STU, para contribuir?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Se ele nunca foi abordado pelo órgão.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Se nunca foi abordado, se ele quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Ele tem a casa dele, ele mora lá há cinco anos, há dez ou há dois. Mora lá. Nunca ninguém cobrou dele nenhuma taxa. Ele tem alguma obrigação ou ele pode ficar morando?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Obrigação propriamente ele não tem de ir assim, obrigação de ir lá. Ele já está pagando IPTU.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Paga IPTU.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – IPTU. E pagando. Não é bitributação. A empresa já decidiu isso – não é bitributação. Então, eu diria que obrigação de ir lá ele não tem. Agora, ele pode ter interesse em até ter uma escritura de 1940, ele pode ter o interesse. Eu, se fosse ele, teria o interesse... E contrair o contrato de apuramento. Porque aí ele fica sendo proprietário do imóvel.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Uma escritura de...



O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Uma escritura de 1940. Ele faz o aforamento gratuito, e de 40 pra cá vai dosando o preço a ser pago. Eu diria, então, Deputado, não sei se eu fui claro, que, se eu estivesse no lugar desse cidadão e tivesse uma escritura de 1940, ou se eu pudesse, ou se fosse uma de 1960, se eu pudesse arcar com o ônus, eu gostaria de ter o título de propriedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Tem algum risco ele de ter cobrança retroativa das taxas?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Tem. Em diversas situações, dependendo da escritura. A gente tem que ver o tipo de escritura que ele tem. Porque tem umas escrituras que falam apenas da parte de aluguel sem alcançar as marinhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Não tendo nenhuma escritura, só aquele contrato lá na Prefeitura...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Foi um contrato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – ...que comprou do fulano de tal, comprou há cinco anos atrás. E, hoje, ele tem uma casa, mora lá com a família. É o único bem que ele tem; ele vai morar ali a vida inteira.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Ele vai tentar legalizar. Ele tem risco de ser taxado retroativamente?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Retroativamente, no mínimo de cinco anos, tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Cinco anos.



O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Cinco anos, ele tem. No mínimo cinco anos. No mínimo cinco anos. Só que ele vai ser taxado apenas com a taxa de ocupação, porque fazer aforamento ele não pode. Conforme V.Exa. me diz, ele tende apenas a um contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Contrato...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Um contrato não gera o contrato de aforamento. Não gera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Então, nós estamos aqui em Santa Catarina. Você quer me dar um lote na beira da praia, ou... está difícil. Agora, uma ilha, está mais fácil?! O pedaço de uma ilha?!

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Não, não é que esteja difícil; vai demorar um ou dois meses. Tem que fazer uma programação, tem uma equipe que vai para o norte, outra já vai para o sul do Estado, outra vai para a parte do interior da ilha, esperando o controle. Mas daria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Como é que eu consigo comprar uma ilha? O que eu tenho que fazer para ser proprietário de uma ilha?

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Proprietário de uma ilha?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – É.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – É preciso ver se tem algum registro de imóvel sobre aquela ilha. Se não tem, se nenhum particular tem. Até Porto Belo, onde deca transatlântico no verão. Existe ali uma ilha escriturada, de 1940, para um determinado cidadão. Então, aquele senhor vai comprar do meu proprietário. E tem ilhas, existem ilhas – eu não sei precisar quais, quantas, melhor



dizendo: nem quais, nem quantas – que não têm escrituras. Então, é diretamente da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Talvez esteja realmente para o senhor, porque deve ter conhecimento dessa questão normalmente em Brasília, com relação aos procedimentos. Agora, não teríamos condições de ter procedimentos mais simples, para realmente fazer com que a União se liberasse desses imóveis, passando para os ocupantes, cobrando. Estou falando das áreas nobres onde realmente o cidadão tem obrigação de pagar. Esse procedimento do SPU não é excessivamente burocrático e complexo para um País que precisaria de dispor seus bens, facilitar a vida dos seus cidadãos? Alguns já moram em prédios, em áreas... e cada apartamento poderia pagar uma taxa, e a União talvez arrecadaria uma quantidade de recursos muito superior se fizesse um processo. Porque o senhor levantou a dificuldade de fazer um levantamento. Nós tivemos recentemente um censo do Brasil inteiro. Então, como é que você não pode utilizar um instituto, uma universidade federal, uma escola técnica, contribuindo, pagando, para fazer um levantamento de todos os imóveis usados como bens, ou não, públicos? Você identifica e repassa para o Município ou para o Estado, e, os particulares, você coloca um valor retirado dos valores dos investimentos feitos pela municipalidade, você põe recursos dos cidadãos para impostos, e dá um valor básico. Não seria muito mais simples e muito mais eficiente se a União fizesse, realmente com o objetivo de passar isso para o cidadão de forma onerosa? Eu estou me referindo mais nobre, de forma gratuita. Porque a parte dos bairros mais simples, a União tem tomado algumas iniciativas interessantes, tem até facilitado. Mas os



bairros mais nobres, eu tenho a impressão de que é muito burocratizado e têm pouca chance de resultado. Então, eu estou fazendo ao senhor agora uma pergunta.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Essa sua pergunta de V.Exa. é muito oportuna, e faz tecer outras considerações a respeito daquelas indagações iniciais e considerações em torno do decreto, da viabilidade do cumprimento do decreto, quando afirmei logo no início ser impossível colocar o decreto em vigor. Por falta de pessoal, por falta de estrutura. O outro ponto foi fruto da pergunta de V.Exa., quer dizer: “não dava pra ser mais simples?” Eu até diria: “Deveria ser mais simples, deveria ser muito mais simples.” Até os contratos de aforamento gratuito são excessivamente longos, morosos. Vai pra Brasília, volta. Eu trago o testemunho de um colega dos senhores, Parlamentar de Santa Catarina, Dr. Konder Reis. Se por acaso V.Exas. se lembrarem... Quanto tempo, Konder Reis, V.Exa. demorou para fazer o seu contrato de aforamento gratuito lá na gerência de Santa Catarina? Pergunte só pra ele pra ver quanto tempo demorou. Uma coisa... Faltou uma coisa, depois faltou aqui, faltou ali. Depois veio, depois veio... Ali, ele foi lá, depois ele veio aqui. É uma coisa infernal! A burocracia, o patrimônio da União é e sempre foi infernal.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu queria, se o senhor me permitir, Dr. Newton, usar o gancho que foi colocado pelo Coser. Já começa a ser infernal porque tramita no Ministério da Fazenda, tem que tramitar no Ministério do Planejamento...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – A nossa Consultoria Jurídica é hoje ligada, continua ligada ao Ministério da Fazenda, e não quer utilizar assistência lei; depois querem e tal. Bom, tem um acordo com Malan, quando era



Ministro e agora não é mais. Aliás, o Pedro Parente, quando era Ministro da Fazenda. Então, é uma coisa assim que é impressionante!

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Mas o que foi colocado pelo senhor aqui deve ser valorizado. E como nós estamos às vésperas de apreciar o Orçamento, lá pela Comissão de Orçamento... O João é membro lá da Comissão, eu também sou membro da Comissão de Orçamento. Eu achava que a gente tinha que trabalhar, mesmo que a gente não consiga agora... Mesmo que a gente não consiga agora, mas devíamos já de traçar um norte pra essa situação que aflige a situação, vamos dizer assim, o desejo de muita gente. Então, eu acho que podia perfeitamente colocar um recurso de um estudante; quer dizer, para satisfazer as despesas de um provável convênio com as universidades. Dá oportunidade ao estudante, ao jovem que está lá na universidade. E fazer o cadastramento desse. Certo?! E esse cadastramento, ele ia ser de uma validade... Aí, você já podia colocar dentro desse norte aquilo que ia ser parte do patrimônio, preservar o patrimônio da União, aquilo que seria parte do processo de desmobilização. E a partir daí, você teria um recenseamento desse cadastramento desses imóveis. Porque mais difícil, como se colocou, é fazer um censo, em que você vai ver até a produção agrícola, a produção pecuária, a quantidade de pessoas, os imóveis etc. Então, eu achava que é hora de a gente aprimorar esse processo. Acho que não tem nada que justifica o Governo não conhecer essa situação. E conhecer, vamos dizer assim, com muita determinação, porque fizemos, nós votamos reformas de toda ordem. Deixar um negócio desse em aberto?! Eu acho que ele está ao nosso alcance, nós temos de ter a vontade de pegar. Não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Com certeza. Dr. Newton, nós agradecemos a presença do senhor. Se o senhor quiser fazer algumas considerações...

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Eu quero agradecer também a oportunidade que eu tive, que é um privilégio vir aqui a convite de V.Exas. e expor dessa forma. E fico na obrigação de fazer um levantamento da melhor maneira que me for possível de tudo isso, ilhas... Tudo isso que for possível fazer, das ocupações, dos aforamentos, das ilhas, das cessões onerosas e cessões gratuitas, e fico sempre a dispor para qualquer outro esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Tá bom. Nós aguardamos os documentos e estamos à disposição em Brasília.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Independente disso aí, não vai satisfazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Não, ele se vira. Muito obrigado.

O SR. NEWTON FERNANDES BRÜGGEMANN – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Como é que pronuncia esse nome?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Coser) – Gostaria de convidar o Sr. Roberto (tem um nome aqui no meio que depois a gente descobre) Ribas, representante estadual do DNER. Por gentileza, tomar o assento. Roberto, primeiro, eu gostaria que o senhor anunciasse nome e, depois, como norma aqui, tem um tempo suficiente para fazer uma exposição com base no documento que o senhor



deve ter recebido, o convite. A nossa... O objetivo desta Comissão é fazer um levantamento das obras públicas com problemas, inacabadas ou paralisadas; bens públicos abandonados ou com utilização indevida ou inadequada. Então, da forma que o senhor puder contribuir, depois vamos abrir para os membros da Comissão fazerem os questionamentos. O senhor tem o tempo de pelo menos 10 minutos para uma exposição inicial, se desejar.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – O meu nome é Roberto Schwanssee Ribas, sou chefe do 16º Distrito Rodoviário Federal do DNER, com jurisdição em Santa Catarina. Sob a nossa jurisdição estão então as rodovias federais no Estado de Santa Catarina. Sr. Presidente, nós recebemos o convite para estar aqui presentes, e estamos à disposição desta Comissão. E, no intuito até de termos uma melhor quantidade de informações a prestar a esta Comissão, nós encaminhamos à Comissão, através de um **fax**, um pedido de alguma outra informação a mais que a Comissão pudesse nos indicar, para que a gente pudesse então levantar esses elementos. Mas eu creio que, à falta de tempo, houve um desencontro de informações. E eu... Nós não acabamos recebendo essa informação adicional. Mas eu me valido, Deputado João Matos, aqui de Santa Catarina, para ver se nos fornecem alguma informação a mais a respeito do assunto. De forma que nós temos algumas coisas aqui, e eu vou falar a respeito disso e, depois, me coloco à disposição então para os esclarecimentos adicionais. Bom, a Comissão Parlamentar de Inquérito de Obras Inacabadas e de Má Utilização de Imóveis Públicos. Nós, na nossa jurisdição, de rodovias federais de Santa Catarina, nós não temos nenhuma obra que pode ser considerada como uma obra inacabada. Existem, sim, obras em andamento, obras que são gerenciadas diretamente pelo DNER, e outras delegadas



ao Governo do Estado. E uma delas, um determinado segmento, delegada ao Ministério do Exército, ao batalhão sediado no Município de Lages. Daquela relação que eu pude verificar, através até da Internet... Busquei na Internet para ver se eu conseguia alguma outra, um caminho melhor para guiar as nossas informações. Eu, de lá, peguei uma relação de obras, que estariam lá relacionadas, e, dessas obras, nós queremos então inicialmente falar sobre a BR-282. A BR-282 é uma rodovia que cruza todo o Estado de Santa Catarina, de leste a oeste; inicia aqui na cidade de Florianópolis, mais propriamente na cabeceira oeste das Pontes Colombo Sales e Pedro Ivo Campos, e estende-se até a fronteira com a Argentina, cruzando o Estado, como eu disse, nesse sentido leste/oeste. Parte da rodovia está já implantada, pavimentada, em utilização, e um determinado segmento está em construção. O primeiro segmento diz respeito à ligação da BR-101, no Município de Palhoça, até o Município de Santo Amaro. Esse segmento está delegado ao Governo do Estado, está, eu diria, já em fase final de conclusão, e com os recursos alocados pelo Governo Federal e sendo então prestadas contas pelo Governo do Estado. Depois nós temos uma seqüência de segmentos já pavimentados e implantados até o Município de Lages. De Lages até Campos Novos, nós temos um segmento de aproximadamente 103, 104 quilômetros. Esse é um segmento que está em fase então de implantação e pavimentação. Não é bem implantação, já que existe uma implantação de algum tempo; ela está agora em fase de pavimentação. Ele está num segmento de 32 quilômetros delegado ao Governo, digo, ao Ministério do Exército, e o restante desse segmento está delegado ao Governo do Estado. Tanto uma como outra delegação têm recursos federais e esses recursos estão sendo aplicados e traduzidos em obras de pavimentação desses segmentos. E, no



final, temos um segmento de aproximadamente 29, 30 quilômetros, que é da cidade de São Miguel do Oeste, chegando à fronteira com a Argentina. Essa, eu diria que não pode nem ser considerada obra inacabada, porque ela sequer começou. Foi concluído o seu projeto. Ela é recente, é uma rodovia federal, já que ela foi objeto de uma definição de rodovia federal. Acho que coisa de uns 5 ou 6 anos. Talvez, esse segmento que foi adicionado à diretriz dessa rodovia. Então, essa é a maior rodovia que nós temos, transversal ao Estado, que está em obra. Uma outra que estaria relacionada aqui, BR-280, no segmento de Curupá/São Bento. Essa rodovia, também delegada ao Governo do Estado, já encontra-se totalmente concluída e em uso. BR-101 é a BR com maior movimento dentro do Estado de Santa Catarina. É uma rodovia federal que corta o Estado de norte a sul pela região litorânea. Nós estamos praticamente já concluindo; faltam acabamentos no trecho que diz respeito à divisa do Paraná até a região aqui da Grande Florianópolis, mais precisamente o Município de Palhoça, onde estão concluídos, praticamente concluídos os serviços, as obras de duplicação dessa rodovia. Ela foi executada através de contratos firmados pelo DNER com empresas privadas. E o segmento seguinte, de Palhoça até a divisa com o Rio Grande do Sul, é uma rodovia de pista simples que teve o seu projeto de engenharia recentemente concluído e aprovado. E estamos em uma fase de pré-licitação das obras de duplicação desse segmento todo. É uma obra que, a exemplo do trecho anteriormente referido, tem financiamentos externos — essa terá, outra já teve — através do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e o banco japonês, o banco de cooperação internacional – Banco Japonês de Cooperação Internacional. O trecho sul, como eu disse, nós estamos numa fase já preparando o edital de licitação. Estamos aí com uma dependência de uma licença ambiental. Um



dos lotes, são dez lotes daqui até a divisa do Rio Grande do Sul, e um deles está numa pendência a ser resolvida, se Deus quiser, na próxima semana, ou na outra. Uns dez ou quinze dias deverá estar resolvida esta pendência para que nós possamos então iniciar esse processo de licitação. De maneira geral, as obras federais dentro do Estado de Santa Catarina, sob a nossa jurisdição, são essas. E eu me colocaria à disposição dos Srs. Deputados para um esclarecimento maior ou alguma outra obra que porventura eu não tenha citado e que tenha alguma pergunta a ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Relator, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dr. Roberto, existe na sua área de atuação alguma obra paralisada que recebeu recursos federais?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Paralisada que recebeu recursos federais?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – É, e que não foi acabada? Que está inacabada ou que esteja paralisada?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Olha, nós temos... existe uma obra que ela teve o seu contrato encerrado e a obra não concluída, é uma ligação da BR-470 com a cidade de Blumenau, o chamado eixo de acesso a Blumenau. Ela exauriu o seu valor contratual e haveria necessidade de um aditamento de valores que ultrapassariam os permitidos legalmente. Então, houve por bem se paralisar a obra e encerrar o contrato. Está sendo encerrado. Isso foi feito através de um convênio com a Prefeitura Municipal de Blumenau.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Qual foi a causa que levou à paralisação dessa obra?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Exatamente o fato de ter-se exaurido o valor contratual da obra e não ter-se executado a obra como um todo. Inicialmente, a obra previa um acesso com pista simples. Posteriormente, houve uma alteração desse projeto no sentido de executar a pista dupla. Mas isso foi objeto de novo projeto e dentro daquele mesmo contrato se faria essa duplicação. É verdade que os quantitativos foram outros, e não haveria condições de você executar uma obra com um volume maior dentro daqueles mesmos valores de contrato. E essa obra, então, foi paralisada. Nós, quando iniciamos a nossa gestão, ela já existia, essa obra. E a partir daí, então, houve por bem encerrar esse contrato, mesmo porque não haveria condições de prosseguimento, haja vista que os aditivos seriam maiores do que aqueles permissíveis pela legislação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Quer dizer que as providências tomadas na sua área foi o encerramento do contrato?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – É, nós paralisamos o contrato. Está em andamento, já encaminhamos uma solicitação de denúncia desse convênio, porque o contrato, na verdade, não é nosso. O contrato é da Prefeitura de Blumenau com uma empresa. Então, nós solicitamos a denúncia desse convênio, para que isso seja encerrado e não haja o prosseguimento disso, em função dessas colocações.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Os valores desembolsados pela União na execução dessa obra guardam sintonia com a parte física?



O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Ah, sim, isso, perfeitamente. É o segmento de aproximadamente 4 quilômetros e 200, se não me engano, incluindo uma ponte sobre o Rio Itajaí-Açu. Essa ponte está totalmente concluída e em uso e 1.100 metros, mais ou menos, desse segmento está também concluído e pavimentado e em utilização; ou seja, os recursos que foram colocados para a exposição da obra, eles refletem exatamente, fisicamente, os recursos orçamentários.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Na sua visão, qual seria ou quais seriam as medidas que deveriam ser adotadas para conclusão ou para regularização desse processo?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Encerrado esse convênio, havendo um encerramento do convênio, necessariamente haveria uma revisão, digamos assim, do projeto como um todo, daquilo que falta em seu objeto, para que isso seja posteriormente encaminhado a uma nova licitação e execução da sua complementação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O senhor falou aqui justamente dessas obras que estão no Orçamento de 2001, a 101, a questão da 101, a Santa Catarina-Palhoça, e o senhor falou na 282. Eu queria lhe fazer algumas perguntas em relação a isso. No curso dessas obras, houve alguma denúncia, seja pela imprensa, seja por... alguma denúncia com relação ao processo de licitação dessas obras, das três?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Na fase de licitação de duplicação da BR-101, porque ela teve duas etapas, digamos assim. Numa primeira etapa, alguns serviços dessa obra de duplicação foram iniciados pelo Governo do Estado,



através de uma delegação, convênio de delegação. Então, nessa fase nós não estávamos à frente da chefia do DNER aqui em Santa Catarina. Posteriormente, encerrado aquele convênio, onde algumas das obras que hoje estão cumpridas foram naquela época executadas, passou-se, então, a uma licitação de todo o segmento, com todas as obras, com todas as necessidades dessa obra através do DNER. Nessa licitação, não houve qualquer atropelo, denúncia ou qualquer outra coisa que valha. Nós tivemos, sim, foi, durante praticamente toda a obra, o acompanhamento através da Secretaria de Controle do Ministério da Fazenda, através do Tribunal de Contas e também, indiretamente, algumas colocações pela Procuradoria da República em Santa Catarina. E tem todos os relatórios de acompanhamento, da fase do Tribunal de Contas principalmente. E tivemos, no final de 1999, no terceiro ano de obra, um relato grande da parte de vistoria do Tribunal de Contas que foi levado a plenário em Brasília e onde concluiu o Relator — isso aprovado pela sessão plenária — que, vistoriada desde o seu início até aquela data, nenhuma irregularidade havia sido encontrada durante o desenvolvimento dessa obra, o que nos deixou, assim, muito satisfeitos, até porque aquela sensação de dever cumprido e o bem emprego do recurso público numa obra tão grande como essa e tão complexa, considerando ainda a muito pequena quantidade que nós temos de servidores dentro do órgão para acompanhar uma obra dessa, mas acredito que nós conseguimos e estamos finalizando agora e partindo já para uma outra etapa, que é o segmento sul, então.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu queria ainda a sua colaboração no sentido de me informar se você tem conhecimento de algum ativo ocioso, seja



urbano ou seja rural, aqui no Estado de Santa Catarina que porventura está ocioso ou que está sendo usado inadequadamente.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – O DNER, ele tem vários imóveis, imóveis com edificações e sem edificações. Eu diria que a maior parte deles é utilizada. Parte desses imóveis com edificações estão cedidos a outros órgãos do Governo Federal, como Polícia Rodoviária Federal, principalmente, e também ao Departamento Nacional de Produção Mineral, que ocupa também uma das áreas desse DNER. E existe algumas áreas com cessão de uso para Prefeituras Municipais, aí, sem benfeitorias, digamos. São terrenos, se não me engano, na maioria das vezes com utilização por parte da Prefeitura.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Muito obrigado. Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Dr. Roberto, nós hoje já tivemos a oportunidade de ouvir inicialmente o Governador, a quem visitamos no começo da manhã; ou melhor, em torno de 10 horas. Depois, o Secretário de Transportes e Obras, o Deputado Leodegar Tiscoski, falando também a respeito de obras; e veio à tona sempre a questão rodovias. E agora, o senhor, que dirige o órgão do Ministério dos Transportes aqui em Santa Catarina. Claro que acompanhamos, temos acompanhado, até por força das circunstâncias, temos acompanhado os encaminhamentos e o esforço com que, alimentados por orientações do próprio DNER de Santa Catarina, evidentemente, através de informações, através de pleitos do órgão encaminhados pelo senhor, a bancada federal tem-se esforçado bastante para, independentemente de posição e coloração partidária, buscar recursos ou



garantir recursos orçamentários que venham garantir um processo constante recuperação de nossas rodovias, a exemplo de outras unidades da federação. A malha viária catarinense é sobretudo representada pelas BR-116, BR-280 agora, BR-153, a BR-101, que no trecho norte foi duplicada e está em fase de conclusão para entrega definitiva, e a BR-470, que é hoje uma das grandes preocupações do órgão que o senhor dirige. Enfim, temos procurado, da melhor forma possível, trazer recursos. Mesmo à época em que tive o privilégio de coordenar o Fórum Parlamentar Catarinense, nós tivemos de todos uma atuação muito destacada, que resultou em recursos bastante até consideráveis se tivermos presentes as dificuldades pelas quais atravessa o País, recursos consideráveis para se atender os principais pontos ou de estrangulamento, ou pontos críticos das nossas rodovias. Queria, além da sua explanação, além do que já respondeu ao nosso ilustre Relator, solicitar ao nosso nobre chefe estadual do DNER que nos colocasse a respeito dos principais encaminhamentos que tramitam hoje em Brasília e que possam, também por parte desses Parlamentares da Comissão, merecer o apoio, pois que não apenas se vêem com função de supervisionar, de vigiar, de esclarecer, mas também de apoio, e sobretudo este Parlamentar, que tem compromisso, evidentemente, com o Estado que representa. Então, se pudesse, Dr. Roberto, esclarecer a respeito dos principais pleitos que hoje se encaminham lá em Brasília, pois que, de outro lado, as repostadas trazidas pelo senhor ao Relator já nos satisfizeram, até porque conhecemos a realidade.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Bom, nós temos encaminhamento em Brasília como necessidades, digamos assim, de obras dentro do Estado de Santa Catarina e nas rodovias federais, além dessa que eu já falei, que é uma obra



de suma importância para o Estado, que é a continuação da duplicação da BR-101 Sul e que terá financiamento externo. Temos obras de restauração das rodovias. Hoje, nós, infelizmente, não temos nenhuma obra de restauração em andamento, mas a necessidade existe. Está em curso dentro do DNER, em Brasília, através do próprio Ministério dos Transportes, um programa de revitalização das rodovias federais não só em Santa Catarina como em todo o País. E nós estaremos, então, desenvolvendo um programa de recuperação da malha rodoviária. É um programa chamado CREMA, de conservação e manutenção de rodovias federais. É um projeto que prevê a recuperação de parte da malha rodoviária, principalmente aquela que não tenha, vamos dizer, sentido de ser objeto de uma concessão, já que por falta de número suficiente de tráfego de veículos nessa rodovia, não haveria viabilidade, principalmente econômica, para que se fizesse então o processo de concessão, para que através de pedágio se mantivesse essas rodovias. Então, serão elaborados, já estão sendo desenvolvidos os projetos de restauração desse programa de CREMA, que atinge no nosso caso, aqui em Santa Catarina, praticamente todas as rodovias federais do oeste, a partir da BR-116, a oeste, a rodovia BR-282, a 158 e a 163 farão parte desse programa. A BR-153, que corta o Estado todo, ela já está restaurada. Nós concluímos essa restauração no ano passado e, além disso, temos a BR-116, que é uma rodovia também de norte a sul, conhecida no País todo, que necessita, essa, sim, de recuperação, mas que ela está num processo de licitação de concessão à iniciativa privada. Então, daí a falta, digamos assim, de se colocar recursos nessa rodovia, já que o processo de licitação para essa finalidade está em andamento. E a BR-101, que é uma rodovia que está duplicada e vai ser duplicada no trecho do sul, não haveria, então, razão dessa



restauração. O primeiro, porque já foi restaurado junto com a obra de duplicação, e o segundo que será dentro da nossa programação de duplicação da rodovia. Então, em termos de restauração, de maneira geral, seria isso. Além disso, nós temos também um programa muito interessante dentro do Governo Federal, dentro do Ministério dos Transportes, chama-se Programa de Eliminação de Segmentos Críticos; ou seja, são segmentos da nossas rodovias onde ocorre um repetido número de acidentes e com uma determinada freqüência. Então, através dos boletins de ocorrência da Polícia Rodoviária Federal, se identifica aqueles locais onde ocorrem o maior número de acidentes. Vai-se verificar o motivo desses acidentes, se tem alguma implicação com a rodovia, e, a partir daí, então, inicia-se um tratamento a esse segmento, ou através de uma simples incrementação da sinalização, de uma correção de pista ou de uma obra um pouco maior, que, aí, sim, então, objeto de um projeto que, aprovado, é submetido à aprovação em Brasília. Posteriormente, então, dentro dos recursos que são alocados a cada ano dentro desse programa, se iniciam essas obras através de um processo de licitação. Esse eu reputo como um programa de bastante importância, porque é um programa que ele não requer uma quantidade muito grande de investimento, mas ele tem uma repercussão muito grande, já que ele é voltado para a segurança das estradas. Ele tem um retorno muito alto, que são vidas humanas. Então, nós temos dentro desse programa um carinho todo especial. Procuramos sempre colocar a programação disso em evidência. Até junto à bancada federal temos constantemente nos dirigido para oportunizar emendas que possibilitem algum recurso a mais dentro desse programa, para que a gente consiga elaborar aqui o que nós julgamos de muita necessidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – E a Transbrasiliana?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – A Transbrasiliana é a nossa BR-153, ela foi concluída, como eu disse, com toda a sua restauração, dentro do Estado de Santa Catarina, desde a divisa do Paraná até a divisa com o Rio Grande do Sul. E fora esses investimentos de restauração, temos a manutenção, a manutenção das nossas rodovias é outro detalhe que nós precisamos de muita atenção, haja vista a pequena quantidade de recursos que são alocados pra essa finalidade. Nós temos um estudo que identifica a necessidade de um mínimo de três milhões de reais/quilômetro/ano, três mil reais/quilômetro/ano e nós, já há algum tempo, não temos tido sequer a metade desses recursos que seriam suficientes para se fazer uma boa manutenção.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Três mil reais/quilômetro/ano.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Nós temos uma malha de aproximadamente 2 mil e 200 quilômetros. Daqui até Santa Catarina seriam seis milhões e seiscentos mil, que nós não temos tido. Isso eu digo que é o mínimo pra você simplesmente fazer o serviço dia a dia: tapa buraco naqueles segmentos que já estão necessitando desse serviço, varredura, reposição, limpeza de canaletes, a parte de drenagem, enfim, aquela conservação rotineira, isso sem falar numa correção preventiva, que seriam os serviços de maior monta e que aí, esse, então, nem pensar. Então, é um registro que eu gostaria de fazer porque realmente a quantidade de recursos alocados para essa finalidade, não digo só em Santa Catarina, porque eu tenho conhecimento de outros Estados, ela é insuficiente para essa finalidade.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. Roberto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Desculpe-me, nobre Deputado, mas pelo avançado da hora, eu queria que a resposta pudesse ser um pouco mais curta, para que pudéssemos dar oportunidade para outros colegas perguntarem.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Viu, Dr. Roberto, o senhor pode responder “sim” ou “não” pra mim.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Pois não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E eu só vou perguntando. A BR-280, ela tem algum contrato empenhado que não foi dada ordem de serviço ainda?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – A BR-280? Contrato de obras, não. Contrato de...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Nem conservação nem restauração?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Contrato de conservação, nós temos um contrato de parte da BR-280 e parte da BR-116 num contrato só — e isso ocorre —, que nós estamos com a obra contratada, aliás, está empenhada e em fase de assinatura do contrato para iniciar os serviços de conservação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E a BR-163?



O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – A BR-163, não. A BR-163, ela tem um contrato de conservação junto com o segmento da BR-282 e da BR-158. Esse contrato está vigente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A BR-475?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – A BR-475 não tem característica, digamos assim, de rodovia federal. Ela consta no plano, mas ela não tem nada em termos de obras executadas nesse segmento a nível federal.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas ela recebeu recurso pra projetos.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Este ano?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, o ano retrasado, passado.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Não. Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E a 470?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – A BR-470 está delegada ao Governo do Estado desde 1998, quando o Governo do Estado solicitou a rodovia para efetivar um sistema de concessão dessa rodovia juntamente com alguns segmentos de rodovias estaduais. No entanto, esse processo não chegou a sua finalidade e a rodovia hoje ainda está sob domínio do Governo do Estado. Não existe recurso federal alocado para essa rodovia.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A 285?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – A BR-285, nós estamos desenvolvendo um projeto de implantação e pavimentação do segmento da BR-101 até a divisa com o Rio Grande do Sul. Esse projeto está quase no seu final e, na seqüência, ele vai ser encaminhado a Brasília para sua aprovação.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não foi licitado ainda?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – O projeto, sim. A obra, não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A obra, não. E a 486?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Não temos sob nossa jurisdição a 486.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas ela não é registrada, a 486?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Gozado, pela informação, o Governo de Santa Catarina cobrando do Governo Federal recurso para a 486.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, está tendo um equívoco aqui. Não existe no DNER a 486 e, no próprio livro do Governo de Santa Catarina, cobra-se dos Deputados e do Governo Federal, a nível nacional, a liberação de recurso para a 486. Ela não existe?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Existem rodovias que são chamadas rodovias estaduais transitórias, não é? Essas rodovias não estão na nossa jurisdição. Então, não sei lhe informar se é a 486 ou 468. Nós não temos, sob nosso domínio, essas rodovias.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria de registrar, Presidente, que foi (*ininteligível*) no livro “A vez do pequeno”. Certo? Só para encerrar, a 477?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Mesma coisa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Também a 486 e 477. E a 158?



O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – A 158 é uma rodovia federal totalmente plantada e pavimentada da divisa do Rio Grande do Sul até a BR-282. Da BR-282 até a divisa com o Paraná, ainda não tem a sua implantação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A 480?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – A 480 é outra rodovia transitória que nós não temos também jurisdição sobre ela.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E a 386?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – A BR-386, também a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Gostaria de fazer uma pergunta. Existe alguma licitação que está parada, não foi dada ordem de serviço, mas foi empenhada no DNER, mas foi empenhada antes, está faltando registro no tribunal?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Foi empenhada e não tenha sido...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dada ordem de serviço.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – ... dada a ordem de serviço. Que eu me lembre, não. Não tem...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eliminação de pontos críticos, restauração, obras novas?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Muito obrigado, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – É só pra, antes de passar a palavra para o Deputado, pedir esclarecimento da rodovia 486.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – É 486, 477 e 480.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – É 477 e 486. Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Dr. Roberto, na 101, quantos contratos tem na 101, total?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Trecho norte?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Contratados, separados?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Nós temos... É que muito deles já encerraram, já foram entregues, objeto de menção final. Hoje, nós estamos com 1, 2, 3, 4, aproximadamente 5, se não me falha a memória.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – No ano passado, eu estava olhando ali no sistema, foram utilizados 132 milhões nessa rodovia, aproximadamente. Ela está sendo duplicada. O senhor tem uma previsão do custo de duplicação dela toda até a divisa?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – De Palhoça até a divisa, trecho norte, não é?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – É, esse do trecho norte.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Esse trecho norte, 600, uma ordem de grandeza, eu não tenho exatamente aqui, 600 e 50 milhões, mais ou menos, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Esse ano tem uma previsão de 85 pra ela. Esses recursos vêm sendo liberados com uma certa tranquilidade, normalmente?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Sim, sim.



O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Agora, com relação ao processo de...

Ela está sendo preparada para ser privatizada com recursos federais públicos ou tem algum processo de financiamento por parte já das empresas que vão ou que já ganharam a concessão? Como é que está esse processo? Normalmente, como é feito? Tem várias formas, mas a forma mais legítima, você licita a concessão e aí a empresa faz o investimento para duplicar ou para ampliar. No caso aqui, como é que está sendo feita essa relação?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Esse processo de licitação está momentaneamente paralisado, porque o Tribunal de Contas da União pediu vistas ao processo de... ao edital, mais propriamente dito. Houve uma primeira etapa dessa licitação, onde as empresas participantes chegaram a entregar as suas propostas, mas elas não foram objeto nem de abertura nem de análise. Essas empresas que estariam se habilitando a essa concessão, elas têm que oferecer um valor de tarifa a ser cobrada em três postos de pedágio, ao longo da rodovia, no trecho norte e, dentro das incumbências dessa empresa vencedora, no caso, ela tem várias obras a serem executadas. Uma delas, por exemplo, é o que nós chamamos do contorno da Grande Florianópolis, onde é pra desviar todas essas cidades aqui em torno de Florianópolis, Iguaçú, São José e Palhoça, propriamente área de influência de Florianópolis; haverá a necessidade de executar, são aproximadamente 40 quilômetros de extensão em pista dupla avaliados, em 1999, em torno de 180 milhões de reais, terá de ser executado pela...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Ganhadora.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – ...ganhadora. Além disso, ela vai ter que executar o alargamento de todas as pontes existentes, ou seja, na pista



antiga, que nós chamamos, as pontes, elas eram limitadas de sua largura, elas não abrangiam também o acostamento. As novas já foram construídas com essa largura total. Então, a empresa também terá que executar esse tipo de obra, ou seja, o alargamento de todas as pontes, que são aproximadamente umas 42, se não me engano, pontes que terão que ser alargadas.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Agora, Dr. Roberto, mesmo com essas explicações, de certa forma, é uma contrapartida da empresa, não é um excesso de bondade, no caso, do DNER ou do Ministério dos Transportes com essas empresas, num país onde não tem, não conseguiu recurso pra fazer o tapa buraco, pra fazer agora aqui o CREMA, conservação e a manutenção? Uma rodovia que tem capacidade de ser privatizada, o que nós vamos utilizar dos recursos públicos escassos, 600 milhões, e depois entregar à iniciativa privada, sem fazer juízo de valor, não é o nosso papel, não tem um equívoco nesse procedimento? Não seria melhor fazer a concessão e garantir dela a duplicação, já que...

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – É. O problema que gera nisso é o seguinte: se nós computarmos como responsabilidade da empresa a execução também da duplicação nesse conjunto de obras que eu citei, nós teríamos um valor de tarifa tão grande que seria inviável se nós... Numa ocasião se chegou a fazer um estudo rápido, expedito a respeito disso e teria que se cobrar 8 reais em cada posto de pedágio por veículo de passeio ou por eixo de caminhão. Então, seria um valor muito além daquilo que até o próprio Conselho Nacional de Desestatização já fixou como tarifa máxima de pedágio no País. A partir de 99, se não me falha a memória, as rodovias, daqui pra diante, a serem concessionadas, elas não poderão ter valores de pedágio cobrados em cada posto acima desse referencial. Então, aí inviabiliza



que se faça concessões com obras da dimensão, como seria uma obra dessa, de duplicação de todo esse segmento da BR-101.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Além dessa intervenção do Tribunal de Contas da União no processo de licitação dessa concessão, tem nessa Rodovia 101 algum processo de inspeção extraordinária do Tribunal de Contas com relação a contratos, superfaturamento, algum desvio ou comportamento indevido de empresa com ação direta do Tribunal de Contas da União?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Não. Ele tem sistematicamente acompanhado, mas não especificamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – É ordinário?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – É, rotineiramente. Continua ainda a fazer essa... Da mesma forma que ela já iniciou também o acompanhamento do trecho que será objeto ainda de licitação, que é o trecho sul.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Nós poderíamos afirmar que as rodovias aqui estão em bom estado de conservação, consideradas com as outras realidades do País?

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – Olha, esse parâmetro é importante citar. Se nós compararmos com outras localidades do País, nós diríamos que elas estão em condições boas de trafegabilidade. Para os padrões do Sul, nós temos algumas deficiências, mas, a nível de País, nós estamos com as estradas...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Acima da média.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – ... acima da média.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer ao Dr. Roberto e gostaria de solicitar dele, a nossa CPI está entregando um documento para que, no prazo de 15 dias, o senhor possa colaborar conosco pra prestar os esclarecimentos devidos pra nossa Comissão.

O SR. ROBERTO SCHWANSEE RIBAS – O.k. Eu agradeço também a oportunidade de participar, de esclarecer todas essas informações e continuamos à disposição para outros esclarecimentos adicionais que forem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Muito obrigado. Eu queria convidar, por último, o Dr. Edgar Antônio Roman, Diretor-Geral do DER. Dr. Edgar, eu queria dar para o senhor a palavra por 10 minutos, para os seus esclarecimentos.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Quero cumprimentar o Presidente, o Relator, demais Parlamentares, especialmente o nosso Deputado João Matos, que nos orgulha estar aqui presente, e os demais presentes. Bom, eu queria colocar, rapidamente, eu tenho que apenas ratificar o que já foi exposto pelo Secretário de Transportes e pelo engenheiro Roberto, que acabou de fazer sua explanação agora em termos de áreas de rodovias federais em nosso Estado. A obra delegada, que é a 282, está diretamente conosco em vários segmentos, e a 470, que, provisoriamente, nós temos a tutela em função daquela delegação para que o Estado pudesse fazer a sua, como se diz, a concessão dessa rodovia e acabou por um processo, através do Tribunal de Contas, sendo anulados os processos licitatórios e, conseqüentemente, todos os atos e os contratos assinados pelo Estado. O Governador, em 29 de abril, já encaminhou expediente ao Ministro como uma forma, não como uma forma direta de denúncia, mas, enfim, colocando à



disposição do Ministério para que houvesse uma contraproposta para dar segmento, ou o DNER reassumiria por completo ou faria um novo convênio com o Estado, enfim, uma proposta que melhor interessasse o Governo Federal para darmos continuidade à 470. Hoje, nós continuamos fazendo a manutenção da 470. Foram feitos alguns investimentos na 470, mas com recursos do Tesouro do Estado. O próprio convênio assim dizia, que todo investimento ou toda a manutenção, enquanto houvesse essa delegação, seriam os encargos a custa do Governo de Estado. Estamos ansiosos para que o Ministro nos dê uma resposta, o mais breve possível, do que será a 470, o destino dela daqui pra frente. O Secretário já colocou, estamos elaborando um projeto de engenharia no trecho mais crítico, que é entre Gaspar, entre Blumenau, propriamente dito, e Indaial, num subtrecho de 25 quilômetros. O projeto está em andamento, naturalmente com recursos do Estado, obviamente, e que gostaríamos de ter esse entendimento o mais breve possível pra que possamos dar a solução — estamos ansiosos —, porque é uma rodovia, depois da 101, é a mais importante do Estado, em todos os sentidos, e que realmente, hoje, traz grandes problemas de tráfego e de segurança para os usuários. A maioria das nossas cargas, em direção ao porto, passam, desde o extremo oeste de Santa Catarina, passam tudo por essa rodovia. Além de um grande fluxo turístico no período sazonal, de verão, que também, principalmente os argentinos, se deslocam por esse eixo rodoviário. Estaria, agora, à disposição para ouvir e ser questionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Só queria, mais uma vez, de pedir a colaboração para que as respostas fossem mais rápidas e mais concisas. Com a palavra o Relator, Deputado Anivaldo Vale.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Dr. Edgar, inicialmente, eu queria, em nome dessa Relatoria, agradecer pela presença nessa Comissão e pelos seus esclarecimentos. Eu tenho três perguntas para lhe fazer. A primeira: o senhor tem conhecimento de alguma obra, na sua área, inacabada?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Graças a Deus, não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Ótimo. O senhor tem conhecimento, mesmo que não seja na sua área, aqui no Estado de Santa Catarina, de alguma obra que recebeu recursos federais que esteja inacabada?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não, a não ser o Porto de Laguna, que me preocupou, mas notícia de jornal. Não tenho a certeza, só pela imprensa, que ela está paralisada por falta de recursos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – E, por fim, eu queria lhe perguntar se o senhor tem conhecimento de algum imóvel, seja urbano ou seja rural, de propriedade da União que esteja sendo utilizado inadequadamente ou que esteja de alguma forma sendo ocioso.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não, eu não teria esse conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não, nem por ouvir dizer.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu agradeço, da minha parte, a presença do senhor aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Queria passar a palavra ao Deputado João Coser.



O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Duas perguntas: primeiro, com relação à 262. No ano passado, o senhor utilizou, se não me falha a memória, 13 milhões e meio, dos 20 dos recursos federais. Este ano, dos 25 milhões, já tem um empenho de 23 milhões, 800 e pouco, já pagos 9 milhões e 176. Qual é a intervenção que vem sendo feita nesta rodovia e quantos contratos e qual o trecho que vem tendo intervenção? Especificamente na 282.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Na 282, o primeiro convênio de delegação é o contorno de Santo Amaro, propriamente da BR-101 até o Município de Santo Amaro. Esta obra está em fase final, deverá até dezembro ser concluída e restam em torno de 3 milhões e 800 ainda para complementação desta obra. Em 1999, ela teve o ritmo normal e no ano 2000, também normal, com os repasses normais também por parte do DNER, não é?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sim.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Sem maiores problemas, dificuldades. O outro segmento que nós investimos recursos foi de Vargem a São José do Cerrito, na 282, também dentro de uma programação que está sendo normal. As medições são encaminhadas, estão programados, os recursos estão vindo normais.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Nestas BRs o senhor tem tido dificuldade para cumprimento dos contratos, tem sido necessário fazer aditivos também ou a licitação, normalmente, é fixada com o preço normal e consegue se cumprir? Ou tem virado uma certa rotina aditar os contratos naquela proporção que a legislação permite?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Olha, nossos contratos rodoviários, praticamente, todos eles sofrem aditivos, aditivos de quantitativos de serviços,



obviamente. Os projetos de engenharia têm deixado muito a merecer em qualidade. Existem surpresas ao longo da rodovia, no momento em que vai executando. A rodovia é um trecho muito dinâmico, nós não podemos considerar uma rodovia como uma construção de um prédio, que é tudo matematicamente calculado. A rodovia tem muitos acidentes geológicos, escorregamentos, e aparecem muitas surpresas. Então, normalmente são, dentro do limite, que tem acontecido também nossos aditivos nos dois trechos, enfim, em todas as obras rodoviárias também colocadas pelo Estado ou pelo DNER é normal esse tipo de aditivo.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Dr. Edgar, o senhor não acha que nós — nós incluindo o Congresso Nacional, que formula as leis, os órgãos do Executivo, que executa as obras, e o Tribunal de Contas, de certa forma, com uma certa complacência — não estamos alimentando aditar naturalmente os 25%? Não virou uma rotina em que o empresário, quando concorre, ele pode colocar o valor a menos, porque ele já conta antecipadamente com 25%, pelo menos, de correção? Isso não é um vício que o órgão DNER, quando faz uma licitação, ele já admite isso? Eu estou perguntando porque aqui tem homens experientes, mais do que eu, inclusive, que não sou engenheiro. Então, é comum uma anomalia, o problema é que deixou de ser exceção e virou regra. Então, se virou regra, não é porque lá tem uma área mais movediça ou porque tem uma pedra, é porque é comum e a empresa já sabe que ali vai ganhar um percentual a mais. Então, a minha pergunta é se nós não contribuímos para isso, com a nossa frouxidão, vamos dizer assim, com a nossa complacência. Porque eu sinto que todo mundo justifica porque a lei permite. Então, porque a lei permite, você faz, e nós conhecemos esse Brasil como se ganha dinheiro de forma desonesta, vamos chamar assim. Então, eu não quero fazer



juízo de julgamento do comportamento de órgãos nem de pessoas, mas será que nós não estamos deixando de cumprir a nossa função constitucional, legal, nossa obrigação como representante do povo e como cidadão, servidor público, nós não estamos cumprindo mal a nossa função? Então, desculpa, porque é um julgamento meio político que estou fazendo: nós não precisaríamos ser mais rigorosos nisso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Eu diria que, na minha opinião técnica, tenho 38 anos de estradas e várias legislações sobre licitação, diria que a primeira coisa que deveria ser feita era uma revisão da maneira da 8.666. Ela deixa essa possibilidade, ela abre isso. Os projetos, não estou dizendo só a lei, acho que há necessidade de haver uma revisão em muitos itens da legislação que permite esse tipo de coisa. Segundo, há necessidade de uma aprimoramento, que nós possamos investir mais em qualidade de projeto de final de engenharia. Há necessidade de que haja um planejamento mais longo, não haja atropelamento na execução dos projetos. E também há isso que o senhor está colocando, com toda a certeza. O empreiteiro, o construtor, ao fazer uma análise de projeto, ele realmente vai ver, de uma forma inteligente, ele detecta algumas falhas de projeto e sabe que ao longo da execução da obra, depois, vai ter que forçosamente haver a revisão daquilo, porque senão não há como conseguir executar a obra. Então, acho que há as três coisas juntas.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – É muito comum aqui a empresa que faz o projeto depois ser a empresa executora da obra?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Aí já deixar, de certa forma, os gatilhos?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não. Nós contratamos os projetos e contratamos depois as consultorias. Não é porque ela foi a dona do projeto, que ela vai ser a consultora; é feita uma concorrência pública.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Só vou registrar um fato que aconteceu no Espírito Santo que eu considerei louvável por parte do DNER de lá. Nós tivemos um recurso do BIRD para recuperar a 101, e foram feitos cinco lotes. Foram colocados na praça, no mesmo período, a licitação dos cinco lotes. As empresas concorreram e ganharam empresas diferentes, algumas com consórcio. Quatro empresas executaram as obras de pronto e ganharam dinheiro porque conseguiram, de certa forma, uma empresa colocou um preço menor e depois tentou o tal dos 25%. O DNER lá jogou pesado e não permitiu, rompeu o contrato e passou para uma outra empresa, que cumpriu o contrato. Tudo porque se tratava de um recurso externo, portanto, tivemos que ser mais rigorosos, não tinha essa coisa de buscar, porque não tinha mais da onde buscar. O financiamento foi feito e a empresa estava, com certeza, com intenção que não era muito lícita. Nós lá tivemos sucesso. Então, estou colocando isso porque eu penso que não vim aqui para aconselhar ninguém, vim aqui para fazer pergunta. Mas eu penso que nós precisaríamos ser um pouco mais rigorosos. E aí vou entrar na outra pergunta, que essa, sim, me deixou preocupado. O caso da Via Expressa Sul é uma caso grave. Se nós analisarmos o objetivo da licitação pública, porque quando você licita uma obra, você tem como objetivo fazer uma avaliação do custo dela. Então, o Estado permitia que ela custasse 50, 40 e pouco a 50 milhões, a empresa disse que daria para fazer por 30. Então, nós estamos chegando, é verdade que teve o problema dos 11 milhões a mais, mas mesmo assim iria passar para 40. Então, nós estamos chegando em 80



na primeira etapa. Uma empresa que vai fazer uma concorrência coloca 30 milhões e acaba ganhando uma licitação de 80, porque a segunda etapa vai ser feita, pode cair para uma outra empresa, ela levou uma vantagem muito grande. Então, deixa lá no subconsciente da gente, sem julgar as pessoas, uma intenção. Então, fica uma dúvida se este procedimento foi um procedimento correto, se a empresa agiu corretamente, se nós não tínhamos outra forma de encarar essa diferença. Eu sei que o Secretário, de certa forma, inclusive tem poder superior ao DER, que é um órgão normalmente subordinado, mas eu gostaria que o senhor falasse assim, como naqueles programas de televisão, falasse tudo sobre essa obra, como é que foi, como é que começou, como se deram os aditivos. Vamos tentar entender, para a gente não sair daqui talvez com uma impressão que... Queria que o senhor colocasse isso, como é que começou, porque essa obra é de um projeto importante. O PROINFRA é uma fonte de recurso importante. Eu não sou daqui, não conheço nada, mas deu a impressão de que ela é uma obra importante para a cidade, para não dizer fundamental. Mas ela pode ter um carimbo negativo. Então, precisaria esclarecer isso. Se o senhor puder falar essa história dela, como é que começou a licitação, como é que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu só queria pedir para a gente ser mais conciso, por causa do horário. Dr. Edgar, por favor, pediria que a sua resposta fosse mais ou menos do tamanho da pergunta.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Falei demais.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Sr. Presidente, ela é muito mais cumprida a minha resposta, mesmo resumidamente. Mas, enfim, vou procurar ser o mais sintético possível. O projeto desta obra foi elaborado em 1977, portanto, há



vários anos atrás. Na sua relicitação, não houve uma revisão do projeto. Na sua base fundamental, principalmente naquilo que o senhor for colocar em termos de canais, drenagem etc., o trecho foi dimensionado como obras de artes, como se fosse uma rodovia contínua. Rodovia normal fora das condições normais de um aterro hidráulico com essa dificuldade. A obra teve seu início, vamos dizer assim, um orçamento pelo DER, inicialmente — o Secretário colocou 50, vou ser mais preciso, em torno de 53 milhões — houve uma proposta, concorreram seis ou oito empresas, e houve uma proposta que foi a vencedora, em torno de 30 milhões. E que, por força da legislação, nós, até questionamento do próprio Tribunal de Contas, se a empresa iria ou não executar a obra, porém, a proposta dela era perfeita e estava dentro da legislação. E o Estado não teve condições de, como se diz, anular aquela licitação, porque a empresa estava dentro da legislação. A obra teve seu início em 95, ela foi tocada com todo o vapor até outubro de 97, quando houve a paralisação por parte da empresa por falta de pagamento. Isso a legislação também diz, após noventa dias de...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Inadimplência.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Inadimplência por parte do Governo. Pelo contrato, ela tem o direito à 8.666 de paralisar as obras. Foi por falta de recursos e contrapartida local e não por falta de recursos do PROINFRA. O PROINFRA tinha colocado, estava faltando a contrapartida local. E ficou parada até meados de 99, porque, ao retomarmos a nossa gestão, foi feita uma auditoria completa da obra, na qual foram verificadas as condições legais e de serviços executados em toda a sua extensão. No decorrer de até 97, vários serviços tinham sido executados sem o respectivo termo aditivo ao contrato. Apenas por resolução



do Conselho Administrativo não tinham sido incluídos em contrato. Nós solicitamos à Procuradoria-Geral do Estado e juntamente ao Tribunal de Contas do Estado para que emitissem parecer de como tinha condições de nós ou encerrarmos aquele contrato — como a pergunta foi colocada antes — ou darmos continuidade àquele contrato. Foi verificado que os serviços..., não tinham sido feitos os termos aditivos, mas tinham sido executados, medidos e parcialmente pagos, já naquele respectivo contrato, no qual foi feita a auditoria, os serviços realmente tinham sido executados, os serviços tinham qualidade para ser recebidos. Porém, não tinham sido auditados em função de que ultrapassariam os limites da lei, de 25% permitidos. Neste caso, foi feita consulta à Procuradoria-Geral, foi feita consulta ao Tribunal de Contas e foi colocada uma forma de negociação com a empresa, porque a maioria, ou diríamos, 60% dos serviços contratados ainda não tinham sido executados, porém, de direito daquela empresa que tinha sido vencedora. Ou seja, os serviços de revestimento do túnel, o serviço de execução de capa asfáltica, vários outros serviços que ainda não estavam sendo executados que a empresa tinha o direito legal de dar continuidade. Por isso, se fosse feita uma rescisão unilateral, naturalmente que ia cair um caso na Justiça. O que nós fizemos? Uma revisão total do projeto de engenharia, atualizando para agora a questão de túneis etc., tudo que era necessário ser atualizado, bem como os famosos canais, em função da necessidade de atender à vazão local, para não acontecer como a primeira enxurrada e levar todo o nosso aterro água abaixo. E com isso foi feita uma adequação. E aí quero dizer o seguinte: foram levados em conta nos quantitativos de serviço os preços acostados na proposta original.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Mas o senhor acha normal errar de 100%?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Eu não acho normal. Muito longe de ser normal. Aconteceu especificamente nisso. E consta que está sendo acompanhado, auditado e que realmente eu tenho a maior segurança e a tranqüilidade que a obra, ela está adequadamente sendo executada e corretamente, sem haver desvio de conduta nem no período anterior deste nosso Governo, nem agora, não é? Os serviços, hoje, todos os que estão executados estão lá, são constantemente auditados por técnicos do Tribunal de Contas. O que eu quero dizer é que temos Tribunal de Contas e Tribunal de Contas. O nosso, eu acho que é um órgão que realmente merece o nosso respeito...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – O TCU não auditou ainda, não é? O TCU não auditou?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – O TCU não auditou, não tem vindo auditar esta obra. Tem vindo auditar a 282 e outras. Normal. Agora, estamos à disposição para todos os esclarecimentos possíveis. Então, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Para concluir.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Para concluir. Nós tivemos, para dar reinício a esta obra, de fazer um acerto com a empresa que estava... Ou seja, o nosso Governador, inclusive, a cada um real a que nós estávamos de dívida nós tínhamos que continuar a obra. Por quê? Até era superinteressante para o Estado, porque, se nós fôssemos reliciar, essa obra custaria muito mais caro. Então, durante 99 e o ano 2000, nós pagamos toda a dívida passada e fizemos um cronograma que está andando. E hoje ela se encontra 100% em dia, dentro do cronograma financeiro e físico. Então, nós tivemos que pagar, já para dar início, em torno de 10 milhões de reais, que eram a contrapartida que o Estado não tinha dado



na ocasião, tinha usado só os recursos do PROINFRA. E hoje nós estamos rigorosamente em dia, não só na Via Expressa Sul como em todas as obras do Estado, inclusive a delegada com a contrapartida, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Obrigado, João Coser. Já está satisfeito? Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Presidente, antes de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Antes do Deputado João Matos, Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Só uma informação. Não é nem uma pergunta, é uma solicitação que queria fazer a esta Presidência. Que fosse encaminhado um ofício ao Secretário de Obras e Transportes aqui do Estado, ao Governo do Estado, e que fosse encaminhado para esta CPI um relatório completo, com dados técnicos e cópia do contrato desta obra, da Via Expressa Sul, para que a gente possa analisar com todos os dados, tanto o aditivo quanto o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no que se refere à maneira a qual foi feita esses aditivos e a prorrogação desse contrato, além de aproveitar a presença dos técnicos do TCU aqui nesta reunião, para que eles também analisem essa proposta e que nos seja encaminhada o mais breve possível.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – (*Intervenção ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Não, é para que a Presidência solicite ao órgão que seja feita uma análise técnica, que nos seja encaminhada o mais rápido possível sobre essa obra.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Esta Presidência acata a solicitação do nobre Deputado e vamos dar providência a sua solicitação. Com a palavra o Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Presidente, apenas para uma comunicação final. Justamente eu havia solicitado hoje, quando da presença aqui conosco do Secretário dos Transportes, o Deputado Leodegar Tiscoski, que, com o DER, a Secretaria, enfim, posto que o DER lhe é vinculado, junto com as respostas que o Secretário vai nos mandar relativamente ao questionário que lhe foi entregue, fizesse esclarecimentos a respeito de datas e, conseqüentemente, o número e valores dos diversos termos aditivos desse processo. O Deputado Sérgio Reis solicita inclusive a inclusão de cópia do contrato para que se dirima qualquer dúvida a respeito dos procedimentos. Hoje mesmo o Governador, no Palácio, fazia insinuações a respeito de irregularidades por causa de um aditivo num processo de construção de um complexo penitenciário, dizendo que o termo aditivo tem... insinuando que há irregularidades e vinculando-as ao Governo anterior. Nos causa espécie, realmente nos causa estranheza, trazer-se a informação de que se aditiva em 100% um contrato e que se ache normal. Então, para que se elucide qualquer dúvida, porque realmente me deixa dúvida, como deixou a V.Exas., uma vez que nem conversamos. Mas vejo o Deputado João Coser, que não esteve naquele momento no Palácio, e depois começa ouvindo aqui as explicações, as colocações feitas tanto pelo Secretário Leodegar Tiscoski, quanto pelo Diretor do DER de Santa Catarina, levanta dúvidas, espera aí o porquê desse montante etc. Então, é bom realmente que se coloque o contrato com os termos aditivos e todas as peças que



levaram a Secretaria de Transportes e Obras, através do DER, a fazer esses aditivos, para que também não paire aí qualquer dúvida por parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu quero, por fim, agradecer a todos aqueles que cooperaram com o nosso trabalho até essa hora. E fazer um registro de que, de todas as pessoas que passaram pela Comissão e que tiveram a deferência de aqui comparecer e prestar seu esclarecimento, nós não temos nenhum registro que possa macular a imagem nem delas e nem do órgão a que representam. E queria dizer, por fim, que, em relação ao complexo penitenciário, é uma obra que está sendo acompanhada pelo Tribunal de Contas da União. O Tribunal já tomou as providências necessárias. Apesar de não termos visitado a obra e não ter sido chamado, o Secretário de Justiça vai aqui falar sobre ela, mas temos conhecimento, através do Tribunal, de que foi acordado sobre o valor do aditivo cerca de 1 milhão e 900 e que isso vem sendo executado num ritmo de normalidade e dentro do contexto da regularidade, segundo as informações que nos chegaram. O outro aspecto que eu queria registrar é o nosso agradecimento especial aos representantes do TCU, aqueles que fazem o CECEX aqui de Santa Catarina, na colaboração de prestação das informações sobre as obras aqui executadas, sobretudo no que diz respeito ao acompanhamento dessas obras. Eu acho que o papel fundamental desta CPI seria que, ao final dos nossos trabalhos, nós tivéssemos a competência de colaborar com o nosso País, oferecendo à sociedade brasileira mecanismo de proteção do recurso público e de um acompanhamento eficiente daquela que representa a execução dessas obras. Eu queria ainda registrar que esse acompanhamento feito pelo TCU, ele vem com ferramentas modernas,



adequadas e que, ao longo já de alguns anos, ele vem prestando relevante serviço à sociedade brasileira. E a sociedade hoje está realmente a acompanhar todas essas ações que dizem respeito à execução de obras públicas. É um reclamo que não se pode mais conviver com a situação, principalmente naquelas em que estiver presente ainda o interesse socioeconômico das obras, nós temos que colher elementos, trabalhar conjuntamente, levar para a Comissão de Orçamento e executar essas obras. A questão desses aditivos no curso do processo, esta Relatoria vai acompanhar, são obras que estão sendo acompanhadas pelo TCU. A sua regularidade certamente será acompanhada pelo Tribunal de Contas da União. E fazemos um registro da disposição que foi inicialmente demonstrada pelo Presidente do Tribunal, Dr. Humberto, de nos auxiliar, oferecendo insumos que pudessem subsidiar os nossos trabalhos tanto aqui na Comissão como à Comissão de Orçamento. Agradeço a todos aqueles que aqui compareceram, agradeço ao Presidente, a todos os colegas, ao senhor, em especial ao Dr. Edgar, e a todos aqueles que passaram, ficando o registro de que nós não temos nenhum conhecimento que possa macular o trabalho ou qualquer outro ato que diz respeito às pessoas que aqui passaram. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Agradecendo, eu queria passar a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Apenas uma preocupação, porque nós acabamos recebendo uma informação que tem um hospital, em Criciúma, paralisado. Como o representante da Secretaria não veio, então, nós precisaríamos de uma forma, ou convocar em Brasília alguém que possa dar esses ... Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu solicitei ao representante que apresentasse a argumentação dele.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Está bom. Foi bom conhecer a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Nós estamos indo, esta Comissão está indo agora visitar a obra BR-101 e o complexo penitenciário. Então, o almoço, a gente vai deixar para depois, porque se o complexo já estiver funcionando talvez tenha até lanche lá. E eu queria, antes de mais nada, agradecer e entregar aqui na mão do nosso Dr. Edgar uma solicitação desta Comissão, para que o senhor responda a esse questionário em termos de 15 dias, para informação da nossa CPI. Agradeço a presença de todos e convoco a próxima reunião para, amanhã, dia 7, terça-feira, às 13 horas, na Assembléia Legislativa de Porto Alegre. A todos que colaboraram, o pessoal do TCU, muito obrigado, e a todos que colaboraram, a infraestrutura da Câmara dos Deputados, que tão pacientemente souberam esperar até este momento também, naturalmente, num regime dietético, obrigado.